

A high-speed aircraft, possibly a Conquest II, is shown in a steep climb, banking sharply to the right. The aircraft is white with orange and blue accents. The text "FORÇA AÉREA BRASILEIRA" is visible on the side of the fuselage. The background features a vibrant sky with a rainbow and a landscape below. The title "Revista Aeronáutica" is prominently displayed at the top in large, bold, orange letters. The word "Revista" is smaller and positioned above "Aeronáutica". A stylized orange arrow points to the right, integrated with the title. The ISSN number "0486-6274" is located on the left side, and the issue number "Número 305" and year "2019" are on the right side.

Revista **Aeronáutica**

ISSN 0486-6274

Número 305
2019

PRESIDENTE

Maj Brig Ar Marco Antonio
Carballo Perez

1º Vice-Presidente

Cel Av Paulo Roberto Miranda
Machado

2º Vice-Presidente

Brig Ar Paulo Roberto de Oliveira
Pereira



Expediente

Out. a Dez.

2019



www.caer.org.br

revista@caer.org.br

ISSN 0486-6274

SUPERINTENDÊNCIAS

Sede Central

Cel Av Pedro Bittencourt de Almeida

Sede Barra

Brig Ar Paulo Roberto de Oliveira Pereira

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente - Ten Brig Ar Paulo Roberto Cardoso Vilarinho

CONSELHO FISCAL

Presidente - Maj Brig Int Manoel José Manhães Ferreira

SEDE CENTRAL

Diretor Cultural

Cel Av Araken Hipolito da Costa

Diretor Social, Tecnologia da Informação e Hotel

Cel Av Ajauri Barros de Melo

Diretor Administrativo e Chefe da Secretaria-Geral

Cel Av Théo Salgado Falcão

Diretor Beneficente

Cap Adm Ivan Alves Moreira

Diretor Jurídico

Dr. Francisco Rodrigues da Fonseca

Diretor Financeiro e Patrimonial

Cel Int Genivaldo Bezerra de Oliveira

Assessor Secretaria-Geral - Cap Adm Ivan Alves Moreira

SEDE BARRA

Diretor Desportivo

Brig Ar Paulo Roberto de Oliveira Pereira

Diretor Aerodesportivo, Técnico e Operações

Cel Av Romeu Camargo Brasileiro

Assessores

Social - Brig Ar Carlos José Rodrigues de Alencastro

Financeiro - Cel Int Carlos Eduardo Costa Mattos

Administrativo e Pessoal - Cel Av Luiz dos Reis Domingues

Infraestrutura - Ten Cel Av Alfredo José Crivelli Neto

SEDE LACUSTRE

Assessor - Cap Esp Met José Renato do Nascimento

Sede Central

Praça Marechal Âncora, 15

Rio de Janeiro - RJ - CEP 20021-200

• (21) 2210-3212

3ª a 6ª feira de 8h às 12h e 13h às 17h

Sede Barra

Rua Raquel de Queiroz, s/nº

Rio de Janeiro - RJ - CEP 22793-710

• (21) 3325-2681

4ª a domingo de 9h às 17h30

COMISSÃO INTERCLUBES MILITARES

Assessores Clube de Aeronáutica

Maj Brig Ar Venâncio Grossi

Cel Av Araken Hipolito da Costa

Cel Av Ajauri Barros de Melo

REVISTA AERONÁUTICA

(21) 2220-3691

Diretor e Editor

Cel Av Araken Hipolito da Costa

Conselho Editorial

Ten Brig Ar Marco Aurélio Mendes

Maj Brig Ar Marco Antonio Carballo Perez

Cel Av Renato Paiva Lamounier

Cel Av Araken Hipolito da Costa

Jornalista Responsável

Asp QOCON JOR Erika Blaudt

Produção Editorial e Design Gráfico

Rosana Guter Nogueira

Produção Gráfica

Luiz Ludgerio Pereira da Silva

Revisão

Ten Cel QFO Dirce Silva Brízida

Administrativo

Gabriela da Hora Rangel

Amanda de Farias Lima

As opiniões emitidas em entrevistas e em matérias assinadas estarão sujeitas a cortes, no todo ou em parte, a critério do Conselho Editorial. As matérias são de inteira responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião da revista. As matérias não serão devolvidas, mesmo que não publicadas.



Voo a Vela

Você pode ler, fazer *download* ou compartilhar esta revista e as edições anteriores no link <http://www.caer.org.br/acervo/>



Sumário

- | | |
|--|--|
| <p>4 MENSAGEM DO PRESIDENTE
Maj Brig Ar Marco Antonio Carballo Perez</p> <p>5 NOTÍCIAS DO CAER
A Redação</p> <p>10 PRESIDENTE BOLSONARO NA ONU</p> <p>14 O TRIBUNAL DE DIREITOS HUMANOS DE ESTRASBURGO
Ives Gandra da Silva Martins
Jurista</p> <p>16 PENSAMENTO ECONÔMICO NO BRASIL - SEGUNDA PARTE
Ralph Miguel Zerkowski
Economista (In memoriam)</p> <p>19 GUERRA DE NARRATIVAS E SUAS VÍTIMAS
Percival Puggina
Escritor</p> <p>20 A GUERRA DO BRASIL
Frederico José Bergamo de Andrade
Cel Art Ex</p> <p>22 O EMBLEMÁTICO ANO DE 1968
Reis Friede
Desembargador Federal</p> <p>26 HANNAH ARENDT: PENSAR, QUERER E JULGAR
Carlos Frederico G. Calvet da Silveira
Filósofo</p> | <p>30 PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
Evaristo de Miranda
Escritor e Pesquisador</p> <p>33 A INTENTONA DE 1935
Gustavo Eugênio de Oliveira Borges
Cel Av</p> <p>36 VOO A VELA NA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA
Eduardo Augusto Montenegro Duque
Cap Av</p> <p>42 HISTÓRICO DOS CÓDIGOS UTILIZADOS NA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA
Brig Ar Carlos Geraldo dos Santos Porto</p> <p>44 A ORAÇÃO NO NOSSO TEMPO
Papa Emérito Bento XVI - Joseph Ratzinger</p> <p>46 A NOITE EM QUE RUI E MEIRINHA IRIAM JOGAR BOMBAS EM BERLIM
Ivan Von Trompowsky Douat Taulois
Cel Av (In memoriam)</p> <p>50 COM A FEB NA ITÁLIA
Maj Brig Ar Rui Moreira Lima
(In memoriam)</p> <p>51 EDITORA REVISTA AERONÁUTICA É RETOMADA COM PENSADORES PORTUGUESES
A Redação</p> |
|--|--|

CLUBE DE AERONÁUTICA

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Prezados sócios, civis e militares:

Dezembro não é época de lamentações e reprimendas, mas de coração leve e de otimismo. É época de zerar as rugas pessoais e de esvaziar aquela mala pesada que arrastamos há algum tempo. É momento de renovar laços de amor, de amizades e de parcerias. É tempo de pedir e dar perdão!

Nesta edição trazemos muitas novidades na editoria *Notícias do CAER* para mostrar os principais acontecimentos das sedes do Clube de Aeronáutica. Lembrando que a revista está disponível no site, e agora também estamos inovando e produzindo conteúdo para o Facebook e o Instagram.

Como sempre temos bastante conteúdo neste exemplar. Vários e bons artigos de antigos e novos colaboradores, cuja leitura nos trará especiais momentos. Aproveitem os bons conhecimentos disseminados.

Nossa Diretoria deseja a todos um Natal de paz e harmonia e que o Ano Novo seja abençoado com muita saúde e realizações.

Em 2020 o Clube de Aeronáutica continuará ombreando com os cidadãos de bem deste País, no caminho de torná-lo cada vez mais próspero e grandioso, sempre sob o lema **Ordem e Progresso** da nossa amada Bandeira, que aliás, jamais será vermelha!!!

Tenham todos uma boa leitura.

Maj Brig Ar Marco Antonio Carballo Perez
Presidente do Clube de Aeronáutica



BAILE DO AVIADOR COMEMORA 113 ANOS DO 1º VOO DO 14-BIS

Em comemoração ao Dia do Aviador e da Força Aérea Brasileira (FAB), o memorável Baile do Aviador, promovido no dia 19 de outubro, na Sede Central do Clube de Aeronáutica (CAER), reuniu mais de 710 convidados, para reverenciar o 113º Aniversário do 1º Voo do Aeroplano 14-BIS do inventor Alberto Santos-Dumont e foi um sucesso.

A celebração marca a invenção de um sonho materializado pelo veículo mais pesado que o ar, que decolou e aterrissou no Campo de Bagatelle, centro de Paris, no dia 23 de outubro de 1906, deixando uma multidão boquiaberta. O 14-BIS voou por cerca de 60 metros e voltou ao seu destino, intacto. Desde então, Santos-Dumont é considerado o Pai da Aviação e tem sido homenageado por todos os seus grandes feitos ao mundo.

O baile reuniu elementos, cenários e personagens vestidos com trajes de época alusivos a Santos-Dumont como forma de homenageá-lo. Logo na entrada os convidados eram recepcionados por eles ao som de teclado e violino.

A sofisticação também foi a tônica do evento, que contou com decoração impecável e ofereceu diversos atrativos aos presentes. Destaque também para a exposição fotográfica do Centro de Documentação da Aeronáutica (CENDOC), que relembrou a História da Aviação, trazendo mais vivacidade ao ambiente.

Além disso, atrações musicais com banda e DJ animaram a festa. À meia noite o Presidente do CAER, Maj Brig Ar Marco Antonio Carballo Perez, fez um pronunciamento destacando a genialidade, o caráter e a inventividade brilhante do Santos-Dumont. Na sequência agradeceu a presença de todos, convidando-os a fazer um brinde em homenagem ao Dia do

Aviador e à FAB. Logo após todos cantaram emocionados o Hino do Aviador.

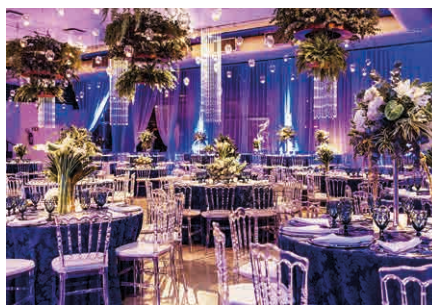
Dentre os convidados especiais estavam o Ten Brig Ar Jeferson Domingues de Freitas, Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA); os oficiais-generais das Organizações Militares do COMAER na área do Rio de Janeiro; e os presidentes dos Clubes Naval e Militar. Também estiveram presentes diversas autoridades civis e militares.

O Baile do Aviador de 2019 mostrou, uma vez mais, a importância da tradição e do conagração de homens e mulheres que compõem a nossa Força Aérea Brasileira. Ao comemorar o dia 23 de outubro, data memorável do voo autônomo de Santos-Dumont, a Aeronáutica valoriza de forma indelével sua História.

Parabéns, Aviadores!
Salve a Força Aérea Brasileira!



Personagens alusivos ao Pai da Aviação recepcionaram o Maj Brig Ar Perez e a sua esposa Ten Cel Ped Estela



Decoração valoriza tradição e história



TRADICIONAL PICADINHO DO 1º GAVCA É REALIZADO NA SEDE CENTRAL

O tradicional Picadinho Jesus está Chamando do 1º Grupo de Aviação de Caça (1º GAVCA) foi promovido pela Associação Brasileira de Pilotos de Caça (ABRA-PC) em outubro, no Clube de Aeronáutica (CAER), e contou com a presença de oficiais-generais do Alto Comando, oficiais da ativa e da reserva. Dentre eles, 52 pilotos de Caça, cadetes da Academia da Força Aérea (AFA) e alunos da Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR), que prestigiaram o evento.

O almoço também reuniu os familiares de alguns veteranos e teve como objetivo retomar a história da missão cumprida pelo Grupo no norte da Itália, durante a Segunda Guerra Mundial, e, ao mesmo tempo, homenagear esses bravos oficiais, graduados e praças da Força Aérea Brasileira (FAB), que estiveram em combate, há 75 anos, honrando o juramento de defender a pátria com o sacrifício da própria vida.

Homenagens foram feitas ao saudoso veterano Brig Ar Nero Moura, primeiro Comandante do Primeiro Grupo de Aviação de Caça, designado para a Campanha da Itália. O 1º GAVCA foi criado no dia 18 de dezembro de 1943 e chegou a Tarquinia,

cidade localizada na região central da Itália, para o combate, a bordo das aeronaves de Caça *Republic P-47D Thunderbolt*. Eram 350 homens, incluindo 43 pilotos que integraram o *350th Fighter Group* da então Força Aérea Americana (USAAF) na guerra contra as forças do Eixo.

Os pilotos do denominado Esquadrão *Jamcock*, também conhecido como *1st Brazilian Fighter Squadron (1st BFS)*, deixaram um legado fundamental ao implementar novos conceitos operacionais até então desconhecidos. A atuação desses pilotos de Caça contribuiu efetivamente para a vitória dos aliados contra o totalitarismo, além de trazer esperança ao mundo novamente.

O Picadinho Jesus está Chamando acontecia na casa do então Brig Ar Nero Moura (início da década de 80). Falecido em 1994, o Brig Ar Nero Moura foi declarado Patrono da Aviação de Caça. Esse encontro tem ocorrido anualmente e é promovido pela ABRA-PC, que tem à frente como Presidente, o Brig Ar Teomar Fonseca Quirico, e lembra a importância do 1º GAVCA na História da Aeronáutica Brasileira.

O Comandante da Aeronáutica, Ten Brig Ar Antônio Carlos Moretti Bermudez; o Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista, ex-Comandante da Aeronáutica; o Maj Brig Ar Marco Antonio Carballo Perez, Presidente do CAER; e o Brig Ar Marion de Oliveira Peixoto também prestigiaram o evento.

O Brig Ar Marion de Oliveira Peixoto, aspirante da Turma de 1945, integrou a primeira turma de pilotos de Caça formada no Brasil, no Estágio de Seleção de Pilotos de Caça (ESPC) de 1946, ministrado pelos veteranos de guerra do 1º Grupo de Aviação de Caça em aeronave P-40. Ele foi mais um exemplo honroso de destaque nesse almoço promovido pela ABRA-PC para manter acesa a *Chama da Caça*.

Neste ano, a Associação patrocinou ainda a vinda de uma comitiva formada por cadetes da AFA e por alunos da EPCAR para o evento. O Picadinho Jesus está Chamando é muito mais que um encontro, representa a rememoração histórica da resiliência, da força e do amor desses militares pela Pátria.

Jamais serão esquecidos!

Senta a Píua! Brasil!



Imagem do Brigadeiro Nero Moura entre os alunos da EPCAR



Oficiais-generais com o Comandante da Aeronáutica, Ten Brig Ar Antonio Carlos Moretti Bermudez, prestigiam evento

COMANDANTE DA AERONÁUTICA PRESTIGIA EVENTO DO CAER

O Comandante da Aeronáutica, Ten Brig Ar Antônio Carlos Moretti Bermudez, participou de um encontro promovido pelo Clube de Aeronáutica (CAER), em outubro, com oficiais-generais, comandantes, chefes e diretores de Organizações Militares da área do Rio de Janeiro.

O evento objetivou a apresentação do clube aos oficiais presentes e foi realizada pelo próprio Presidente, Maj Brig Ar Marco Antonio Carballo Perez, que explanou sobre a instituição, suas atividades e colocou-a à disposição dos militares para futuros encontros, reuniões e eventos.

Na ocasião, o pesquisador e escritor Carlos Lorch recebeu uma homenagem do Clube: foi agraciado com o título de sócio honorário. O diploma foi entregue pelo Ten Brig Ar Paulo Roberto Cardoso Vilarinho, Presidente do Conselho Deliberativo do CAER, e pelo Maj Brig Ar Perez que agradeceu pela notável divulgação da FAB prestada por Lorch.

Finalizando o evento, o Ten Brig Ar Bermudez reforçou a importância do Clube de Aeronáutica para os presentes, tanto pela sua atuação em âmbito nacional quanto pela estrutura organizacional, que

favorece o conagraçamento da classe, e finalizou o discurso com um convite à associação.

Esse momento especial contou com a presença do Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista, ex-Comandante da Aeronáutica; Ten Brig Ar Jeferson Domingues de Freitas, Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA); Ten Brig Ar Marco Aurélio Gonçalves Mendes, ex-Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica; e Ten Brig Rafael Rodrigues Filho, Diretor do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER).



Entrega do Título de Sócio Honorário a Carlos Lorch pelo presidente do Conselho Deliberativo, Ten Brig Ar Vilarinho (à esquerda) e do presidente do Clube de Aeronáutica, Maj Brig Ar Perez (à direita)

Ten Brig Ar Bermudez, Comandante da Aeronáutica



X CURSO DO PENSAMENTO BRASILEIRO É ENCERRADO COM 64 CERTIFICADOS

O encerramento oficial da 10ª edição do Curso do Pensamento Brasileiro, promovido pelo Departamento Cultural do CAER, no dia 29 de novembro, na Sede Central, foi repleto de homenagens e emoção. Mais de 80 pessoas participaram do evento, que contou com a presença de familiares dos alunos. Também estiveram presentes a Diretoria do Clube, autoridades e oficiais-generais.

Os 64 participantes do Curso, que teve início em agosto, puderam vivenciar teorias e práticas relacionadas à cultura em geral, à filosofia, à sociedade brasileira e à cultura aeronáutica, sob o contexto do pensamento brasileiro, na retórica de um país melhor. Os três meses de duração do Curso propiciaram aprendizado, trocas de conhecimento e interação entre os alunos.

O economista Luís Carlos de Oliveira Costa, filho de militar, ex-vice-presidente da Associação dos Amigos do Museu Aeroespacial (AMAERO), e assíduo frequentador do clube, soube do curso pelo ex-comandante de aviação civil Teruo Ono, mas só conseguiu participar este ano. “Sempre gostei de filosofia para entender os nossos questionamentos, e o curso surgiu como uma oportunidade para esse entendimento e, também, para muitas trocas”, reforçou.

Também houve a participação de ouvintes que estiveram no Curso pela primeira vez e se engajaram no estudo. Ana Lúcia Silva Cunha, esposa do Ten Cel Ar Astrogildo Nodari, o acompanhou em algumas aulas e considerou relevante o estudo. “Achei o curso muito importante e vejo que precisamos colocar em prática o que foi abordado”, disse.

O Cel Av Luís Alberto Cutrim Costa, ex-professor de História e Instrutor de Voo na Academia da Força Aérea (AFA), havia participado como palestrante em uma das primeiras edições do Curso, e nesta décima edição participou como ouvinte. “Conheço as histórias da guerra e do poder aéreo, porém, participar de um debate filosófico é diferente. Tenho me interessado em participar cada vez mais do Curso para entender melhor o Pensamento Brasileiro e debatê-lo”, relatou.

A médica Heliana Helena Sales de Santana foi uma aluna assídua; participou das dez edições do Curso e já aguarda a próxima. Desde a morte do seu esposo, o Ten Brig Ar Paulo Victor da Silva, ela se dedica aos estudos do Pensamento Brasileiro. “Foi uma das melhores vivências da minha vida!”, exclamou.

Uma cerimônia memorável emocionou a todos. Iniciada com o hasteamento da

Bandeira Nacional pelas alunas, as advogadas Andrea Negrão Cochrane e Daniela Seade; e a jornalista Edna Lúcia Bulhões de Britto, foi seguida pelo canto dos Hinos Nacional, da Bandeira e do Aviador, na parte externa do Clube. Logo após, todos se dirigiram ao Salão Costa Business para a solenidade de entrega dos certificados.

A Mesa oficial foi formada pelas seguintes autoridades: Maj Brig Ar Marcus Vinícius Pinto Costa, ex-presidente do CAER; Diplomata Jerônimo Moscardo, ex-embaixador do Brasil na Costa Rica e Bélgica; e Maj Brig Ar Marco Antonio Carballo Perez, presidente do CAER.

Antes da entrega dos certificados,



Maj Brig Ar Perez, Brig Ar Clóvis de Athayde Bohrer, Embaixador Moscardo, Ten Brig Ar Pedro Ivo Seixas, Maj Brig Ar Vinícius, Brig Ar Pitrez, Cel Capelão Campos e Cel Araken (esq. para a dir.)

do CAER



porém, a solenidade recebeu uma bênção especial do Cel Capelão Campos, que felicitou a todos – participantes e autoridades presentes. A oradora da turma, Maria Aline Soares Brito, também agradeceu ao Presidente do CAER e ao Cel Av Araken Hipolito da Costa, Diretor do Departamento Cultural do Clube, pela iniciativa, discursando sobre a importância do Curso na mudança que houve em sua vida, na de seus colegas e na sociedade.

Após o discurso, foram entregues os certificados aos alunos. As autoridades agradeceram o convite e parabenizaram os envolvidos no evento, bem como



*Cel Av Ajauri, Diretor Social;
Maj Brig Ar Perez, Presidente;
Cel Capelão Campos;
Cel Av Araken, Diretor Cultural;
Cel Av Falcão, Diretor Administrativo;
e Cel Av Miranda, 1º Vice-presidente
(esq. para a dir.)*

os participantes. Um agradecimento especial foi feito ao Cel Av Araken, que acreditou no projeto desde o início e vem construindo uma nova forma de pensar o Brasil, por meio da cultura aeronáutica. “O Pensamento Brasileiro quer saber quem somos nós, que nação é esta e qual nosso sentido existencial. A Filosofia nos ajuda a entender essas questões e a respondê-las.

O pensamento precisa de profundidade para se chegar aos reais valores de uma sociedade em evolução e do entendimento da alma nacional. O Curso não entra no debate político-partidário, mas num embate filosófico para trabalhar a nossa inteligência em um mundo de ideias contraditórias que precisa de respostas sobre o sentido nacional”, concluiu o Coronel.



CURSO PENSAMENTO BRASILEIRO SEM FRONTEIRAS

As edições do Pensamento Brasileiro tiveram tanto êxito que o Curso será transformado em uma especialização de 40 horas, presencial e à distância, no CAER, em 2020. A tratativa entre o Clube e a UNIFA (Universidade da Força Aérea) está em andamento e promete ampliar os horizontes do Pensamento Brasileiro, ultrapassando fronteiras. Uma novidade que vai certamente agradar alunos e todos os interessados em discutir filosoficamente os novos rumos do Brasil.

Senhor presidente da Assembleia Geral, Tijjani Muhammad-Bande, senhor secretário-geral da ONU, António Guterres, chefes de Estado, de governo e de delegação,

Senhoras e Senhores,

Apresento aos senhores um novo Brasil, que ressurgiu depois de estar à beira do socialismo. Um Brasil que está sendo reconstruído a partir dos anseios e dos ideais de seu povo.

No meu governo, o Brasil vem trabalhando para reconquistar a confiança do mundo, diminuindo o desemprego, a violência e o risco para os negócios, por meio da desburocratização, da desregulamentação e, em especial, pelo exemplo.

Meu país esteve muito próximo do socialismo, o que nos colocou numa situação de corrupção generalizada, grave recessão econômica, altas taxas de criminalidade e de ataques ininterruptos aos valores familiares e religiosos que formam nossas tradições.

Em 2013, um acordo entre o governo petista e a ditadura cubana trouxe ao Brasil 10 mil médicos sem nenhuma comprovação profissional. Foram impedidos de trazer cônjuges e filhos, tiveram 75% de seus salários confiscados pelo regime e foram impedidos de usufruir de direitos fundamentais, como o de ir e vir.

Um verdadeiro trabalho escravo, acreditem...

Respalado por entidades de direitos humanos do Brasil e da ONU!

Antes mesmo de eu assumir o governo, quase 90% deles deixaram o Brasil, por ação unilateral do regime cubano. Os que decidiram ficar, se submeterão à qualificação médica para exercer sua profissão.

Deste modo, nosso país deixou de contribuir com a ditadura cubana, não mais enviando para Havana 300 milhões de dólares todos os anos.

A História nos mostra que, já nos anos 60, agentes cubanos foram enviados a diversos países para colaborar com a implementação de ditaduras.

Há poucas décadas tentaram mudar



PRESIDENTE

o regime brasileiro e de outros países da América Latina.

Foram derrotados!

Civis e militares brasileiros foram mortos e outros tantos tiveram suas reputações destruídas, mas vencemos aquela guerra e resguardamos nossa liberdade.

Na Venezuela, esses agentes do regime cubano, levados por Hugo Chávez, também chegaram e hoje são aproximadamente 60 mil, que controlam e interferem em todas as áreas da sociedade local, principalmente na Inteligência e na Defesa.

A Venezuela, outrora um país pujante e democrático, hoje experimenta a crueldade do socialismo.

O socialismo está dando certo na Venezuela! Todos estão pobres e sem liberdade!

O Brasil também sente os impactos da ditadura venezuelana. Dos mais de 4 milhões que fugiram do país, uma parte migrou para o Brasil, fugindo da fome e da violência. Temos feito a nossa parte para ajudá-los, através da Operação Acolhida, realizada pelo Exército Brasileiro e elogiada mundialmente.

Trabalhamos com outros países, entre

eles os EUA, para que a democracia seja restabelecida na Venezuela, mas também nos empenhamos duramente para que outros países da América do Sul não experimentem esse nefasto regime.

O Foro de São Paulo, organização criminosa criada em 1990 por Fidel Castro, Lula e Hugo Chávez para difundir e implementar o socialismo na América Latina, ainda continua vivo e tem que ser combatido.

Senhoras e Senhores,

Em busca de prosperidade, estamos adotando políticas que nos aproximem de países outros que se desenvolveram e consolidaram suas democracias.

Não pode haver liberdade política sem que haja também liberdade econômica. E vice-versa. O livre mercado, as concessões e as privatizações já se fazem presentes hoje no Brasil.

A economia está reagindo, ao romper os vícios e amarras de quase duas décadas de irresponsabilidade fiscal, aparelhamento do Estado e corrupção generalizada. A abertura, a gestão competente e os ganhos de produtividade são objetivos imediatos do nosso governo.

BOLSONARO NA ONU



Estamos abrindo a economia e nos integrando às cadeias globais de valor. Em apenas oito meses, concluímos os dois maiores acordos comerciais da história do país, aqueles firmados entre o Mercosul e a União Europeia e entre o Mercosul e a Área Europeia de Livre Comércio, o EFTA. Pretendemos seguir adiante com vários outros acordos nos próximos meses.

Estamos prontos também para iniciar nosso processo de adesão à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Já estamos adiantados, adotando as práticas mundiais mais elevadas em todo os terrenos, desde a regulação financeira até a proteção ambiental.

Senhorita Ysany Kalapalo, agora vamos falar de Amazônia.

Em primeiro lugar, meu governo tem um compromisso solene com a preservação do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável em benefício do Brasil e do mundo.

O Brasil é um dos países mais ricos em biodiversidade e riquezas minerais.

Nossa Amazônia é maior que toda a Europa Ocidental e permanece pratica-

mente intocada. Prova de que somos um dos países que mais protegem o meio ambiente.

Nesta época do ano, o clima seco e os ventos favorecem queimadas espontâneas e criminosas. Vale ressaltar que existem também queimadas praticadas por índios e populações locais, como parte de sua respectiva cultura e forma de sobrevivência.

Problemas qualquer país os tem. Contudo, os ataques sensacionalistas que sofremos por grande parte da mídia internacional devido aos focos de incêndio na Amazônia despertaram nosso sentimento patriótico.

É uma falácia dizer que a Amazônia é patrimônio da Humanidade e um equívoco, como atestam os cientistas, afirmar que a nossa floresta é o pulmão do mundo.

Valendo-se dessas falácias, um ou outro país, em vez de ajudar, embarcou nas mentiras da mídia e se portou de forma desrespeitosa, com espírito colonialista.

Questionaram aquilo que nos é mais sagrado: a nossa soberania!

Um deles por ocasião do encontro do G7 ousou sugerir aplicar sanções ao Brasil, sem sequer nos ouvir. Agradeço

àqueles que não aceitaram levar adiante essa absurda proposta.

Em especial, ao presidente Donald Trump, que bem sintetizou o espírito que deve reinar entre os países da ONU: respeito à liberdade e à soberania de cada um de nós.

Hoje, 14% do território brasileiro está demarcado como terra indígena, mas é preciso entender que nossos nativos são seres humanos, exatamente como qualquer um de nós. Eles querem e merecem usufruir dos mesmos direitos de que todos nós.

Quero deixar claro: o Brasil não vai aumentar para 20% sua área já demarcada como terra indígena, como alguns chefes de Estados gostariam que acontecesse.

Existem, no Brasil, 225 povos indígenas, além de referências de 70 tribos vivendo em locais isolados. Cada povo ou tribo com seu cacique, sua cultura, suas tradições, seus costumes e principalmente sua forma de ver o mundo.

A visão de um líder indígena não representa a de todos os índios brasileiros. Muitas vezes alguns desses líderes, como o cacique Raoni, são usados como peça

de manobra por governos estrangeiros na sua guerra informacional para avançar seus interesses na Amazônia.

Infelizmente, algumas pessoas, de dentro e de fora do Brasil, apoiadas em ONGs, teimam em tratar e manter nossos índios como verdadeiros homens das cavernas.

O Brasil agora tem um presidente que se preocupa com aqueles que lá estavam antes da chegada dos portugueses. O índio não quer ser latifundiário pobre em cima de terras ricas. Especialmente das terras mais ricas do mundo. É o caso das reservas Ianomâmi e Raposa Serra do Sol. Nessas reservas, existe grande abundância de ouro, diamante, urânio, nióbio e terras raras, entre outros.

E esses territórios são enormes. A reserva Ianomâmi, sozinha, conta com aproximadamente 95 mil quilômetros quadrados, o equivalente ao tamanho de Portugal ou da Hungria, embora apenas 15 mil índios vivam nessa área.

Isso demonstra que os que nos atacam não estão preocupados com o ser humano índio, mas sim com as riquezas minerais e a biodiversidade existentes nessas áreas.

CARTA

A Organização das Nações Unidas teve papel fundamental na superação do colonialismo e não pode aceitar que essa mentalidade regresse a estas salas e corredores, sob qualquer pretexto.

Não podemos esquecer que o mundo necessita ser alimentado. A França e a Alemanha, por exemplo, usam mais de 50% de seus territórios para a agricultura, já o Brasil usa apenas 8% de terras para a produção de alimentos.

61% do nosso território é preservado!

Nossa política é de tolerância zero para com a criminalidade, aí incluídos os crimes ambientais.

Quero reafirmar minha posição de que qualquer iniciativa de ajuda ou apoio à preservação da Floresta Amazônica, ou de outros biomas, deve ser tratada em pleno respeito à soberania brasileira.

Também rechaçamos as tentativas de instrumentalizar a questão ambiental ou a

política indigenista, em prol de interesses políticos e econômicos externos, em especial os disfarçados de boas intenções.

Estamos prontos para, em parcerias, e agregando valor, aproveitar de forma sustentável todo nosso potencial.

O Brasil reafirma seu compromisso intransigente com os mais altos padrões de direitos humanos, com a defesa da democracia e da liberdade, de expressão, religiosa e de imprensa. É um compromisso que caminha junto com o combate à corrupção e à criminalidade, demandas urgentes da sociedade brasileira.

Seguiremos contribuindo, dentro e fora das Nações Unidas, para a construção de um mundo onde não haja impunidade, esconderijo ou abrigo para criminosos e corruptos.

Em meu governo, o terrorista italiano Cesare Battisti fugiu do Brasil, foi preso na Bolívia e extraditado para a Itália. Outros três terroristas paraguaios e um chileno, que viviam no Brasil como refugiados políticos, também foram devolvidos a seus países.

Terroristas sob o disfarce de perseguidos políticos não mais encontrarão refúgio no Brasil.

Há pouco, presidentes socialistas que me antecederam desviaram centenas de bilhões de dólares comprando parte da mídia e do Parlamento, tudo por um projeto de poder absoluto.

Foram julgados e punidos graças ao patriotismo, perseverança e coragem de um juiz que é símbolo no meu país, o dr. Sérgio Moro, nosso atual Ministro da Justiça e Segurança Pública.

Esses presidentes também transferiram boa parte desses recursos para outros países, com a finalidade de promover e implementar projetos semelhantes em toda a região. Essa fonte de recursos secou.

Esses mesmos governantes vinham aqui todos os anos e faziam descompressados discursos com temas que nunca atenderam aos reais interesses do Brasil nem contribuíram para a estabilidade mundial. Mesmo assim, eram aplaudidos.

Em meu país, tínhamos que fazer algo a respeito dos quase 70 mil homicídios e dos

incontáveis crimes violentos que, anualmente, massacravam a população brasileira. A vida é o mais básico dos direitos humanos. Nossos policiais militares eram o alvo preferencial do crime. Só em 2017, cerca de 400 policiais militares foram cruelmente assassinados. Isso está mudando.

Medidas foram tomadas e conseguimos reduzir em mais de 20% o número de homicídios nos seis primeiros meses de meu governo.

As apreensões de cocaína e outras drogas atingiram níveis recorde.

Hoje o Brasil está mais seguro e ainda mais hospitaleiro. Acabamos de estender a isenção de vistos para países como Estados Unidos, Japão, Austrália e Canadá, e estamos estudando adotar medidas similares para China e Índia, dentre outros.

Com mais segurança e com essas facilidades, queremos que todos possam conhecer o Brasil, e em especial, a nossa Amazônia, com toda sua vastidão e beleza natural.

Ela não está sendo devastada e nem consumida pelo fogo, como diz mentiroosamente a mídia. Cada um de vocês pode comprovar o que estou falando agora.

Não deixem de conhecer o Brasil, ele é muito diferente daquele estampado em muitos jornais e televisões!

A perseguição religiosa é um flagelo que devemos combater incansavelmente.

Nos últimos anos, testemunhamos, em diferentes regiões, ataques covardes que vitimaram fiéis congregados em igrejas, sinagogas e mesquitas.

O Brasil condena, energicamente, todos esses atos e está pronto a colaborar, com outros países, para a proteção daqueles que se veem oprimidos por causa de sua fé.

Preocupam o povo brasileiro, em particular, a crescente perseguição, a discriminação e a violência contra missionários e minorias religiosas, em diferentes regiões do mundo.

Por isso, apoiamos a criação do 'Dia Internacional em Memória das Vítimas de Atos de Violência baseados em Religião ou Crença'.

Nessa data, recordaremos anualmente

aqueles que sofrem as consequências nefastas da perseguição religiosa.

É inadmissível que, em pleno Século XXI, com tantos instrumentos, tratados e organismos com a finalidade de resguardar direitos de todo tipo e de toda sorte, ainda haja milhões de cristãos e pessoas de outras religiões que perdem sua vida ou sua liberdade em razão de sua fé.

A devoção do Brasil à causa da paz se comprova pelo sólido histórico de contribuições para as missões da ONU.

Há 70 anos, o Brasil tem dado contribuição efetiva para as operações de manutenção da paz das Nações Unidas.

Apoiamos todos os esforços para que essas missões se tornem mais efetivas e tragam benefícios reais e concretos para os países que as recebem.

Nas circunstâncias mais variadas – no Haiti, no Líbano, na República Democrática do Congo – os contingentes brasileiros são reconhecidos pela qualidade de seu trabalho e pelo respeito à população, aos direitos humanos e aos princípios que norteiam as operações de manutenção de paz.

Reafirmo nossa disposição de manter contribuição concreta às missões da ONU, inclusive no que diz respeito ao treinamento e à capacitação de tropas, área em que temos reconhecida experiência.

Ao longo deste ano, estabelecemos uma ampla agenda internacional com intuito de resgatar o papel do Brasil no cenário mundial e retomar as relações com importantes parceiros.

Em janeiro, estivemos em Davos, onde apresentamos nosso ambicioso programa de reformas para investidores de todo o mundo.

Em março, visitamos Washington onde lançamos uma parceria abrangente e ousada com o governo dos Estados Unidos em todas as áreas, com destaque para a coordenação política e para a cooperação econômica e militar.

Ainda em março, estivemos no Chile, onde foi lançado o PROSUL, importante iniciativa para garantir que a América do Sul se consolide como um espaço de democracia e de liberdade.

Na sequência, visitamos Israel, onde identificamos inúmeras oportunidades de cooperação em especial na área de tecnologia e segurança. Agradeço a Israel o apoio no combate aos recentes desastres ocorridos em meu país.

Visitamos também um de nossos grandes parceiros no Cone Sul, a Argentina. Com o Presidente Mauricio Macri e nossos sócios do Uruguai e do Paraguai, afastamos do Mercosul a ideologia e conquistamos importantes vitórias comerciais, ao concluir negociações que já se arrastavam por décadas.

Ainda este ano, visitaremos importantes parceiros asiáticos, tanto no Extremo Oriente quanto no Oriente Médio. Essas visitas reforçarão a amizade e o aprofundamento das relações com Japão, China, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Catar. Pretendemos seguir o mesmo caminho com todo o mundo árabe e a Ásia.

Também estamos ansiosos para visitar nossos parceiros, e amigos, na África, na Oceania e na Europa.

Como os senhores podem ver, o Brasil é um país aberto ao mundo, em busca de parcerias com todos os que tenham interesse de trabalhar pela prosperidade, pela paz e pela liberdade.

Senhoras e Senhores,

O Brasil que represento é um país que está se reerguendo, revigorando parcerias e reconquistando sua confiança política e economicamente. Estamos preparados para assumir as responsabilidades que nos cabem no sistema internacional.

Durante as últimas décadas, nos deixamos seduzir, sem perceber, por sistemas ideológicos de pensamento que não buscavam a verdade, mas o poder absoluto.

A ideologia se instalou no terreno da cultura, da educação e da mídia, dominando meios de comunicação, universidades e escolas.

A ideologia invadiu nossos lares para investir contra a célula mater de qualquer sociedade saudável, a família.

Tentam ainda destruir a inocência de nossas crianças, pervertendo até mesmo

sua identidade mais básica e elementar, a biológica.

O politicamente correto passou a dominar o debate público para expulsar a racionalidade e substituí-la pela manipulação, pela repetição de clichês e pelas palavras de ordem.

A ideologia invadiu a própria alma humana para dela expulsar Deus e a dignidade com que Ele nos revestiu.

E, com esses métodos, essa ideologia sempre deixou um rastro de morte, ignorância e miséria por onde passou.

Sou prova viva disso. Fui covardemente esfaqueado por um militante de esquerda e só sobrevivi por um milagre de Deus. Mais uma vez agradeço a Deus pela minha vida.

A ONU pode ajudar a derrotar o ambiente materialista e ideológico que compromete alguns princípios básicos da dignidade humana. Essa organização foi criada para promover a paz entre nações soberanas e o progresso social com liberdade, conforme o preâmbulo de sua Carta.

Nas questões do clima, da democracia, dos direitos humanos, da igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres, e em tantas outras, tudo o que precisamos é isto: contemplar a verdade, seguindo João 8,32:

“E conheceis a verdade, e a verdade vos libertará”.

Todos os nossos instrumentos, nacionais e internacionais, devem estar direcionados, em última instância, para esse objetivo.

Não estamos aqui para apagar nacionalidades e soberanias em nome de um “interesse global” abstrato.

Esta não é a Organização do Interesse Global!

É a Organização das Nações Unidas. Assim deve permanecer!

Com humildade e confiante no poder libertador da verdade, estejam certos de que poderão contar com este novo Brasil que aqui apresento aos senhores e senhoras.

Agradeço a todos pela graça e glória de Deus!

Meu muito obrigado ■

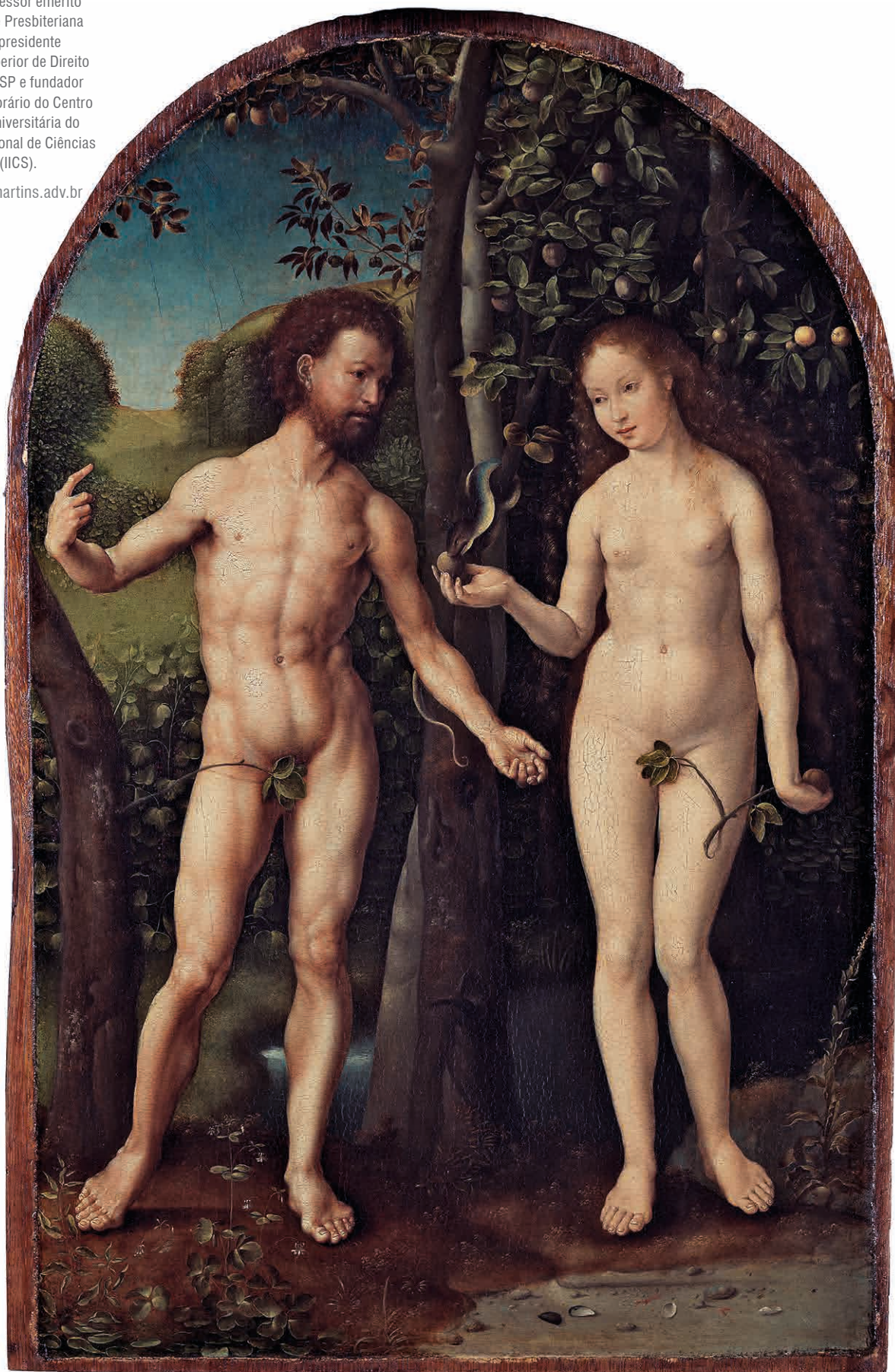
Ives Gandra da Silva
Martins

Jurista

Advogado, professor emérito
da Universidade Presbiteriana
Mackenzie, presidente
do Conselho Superior de Direito
da Fecomercio-SP e fundador
e presidente honorário do Centro
de Extensão Universitária do
Instituto Internacional de Ciências
Sociais (IICS).

igm@gandramartins.adv.br

O TRIBUNAL DE DIREITOS



HUMANOS DE ESTRASBURGO

Recebi do Gen Ref do Exército, Luiz Gonzaga Schroeder Lessa, presidente da Academia de Ciências Políticas e Morais, com sede no Rio de Janeiro, resumo de decisão, que lhe foi enviada por Marcos Coimbra, do Tribunal de Direitos Humanos de Estrasburgo, na qual 47 juízes de 47 países, que constituem o Conselho da Europa, por unanimidade, declaram que *não existe o direito de casamento homossexual*.

Na referida *Resolução* – a sentença fala em *Resolução* – contempla-se o *conceito tradicional de casamento, ou seja, a união do homem e de sua mulher* e de que aos governos não deve ser imposta a *obrigação de abrir o casamento a pessoa do mesmo sexo*.

A *decisão* lastreou-se no art. 12 da *Convenção Europeia de Direitos Humanos*, com considerandos filosóficos e antropológicos baseados na ordem natural, senso comum, relatórios científicos e no direito positivo.

Já o Tribunal Europeu decidira, também, em relação a caso que lhe fora submetido por casal de homem e mulher, em que o homem mudara de sexo na Finlândia, pretendendo que fosse reconhecida a união de duas mulheres como casamento, algo proibido pela legislação finlandesa. Considerou que se desejasse mudar seu estatuto, deveria o casal divorciar-se e constituir uma nova sociedade civil – não casamento – pois casamento só poderia ser realizado entre homem e mulher.

Esclareceu, naquela ocasião, o Tribunal Europeu, que a maioria dos países da União Europeia não admitia casamento entre pares do mesmo sexo e que cabe à União Europeia respeitar o direito de cada país, pois esta matéria não diz respeito àquelas de regularização comunitária.

Embora ambas as decisões tenham tido pouca repercussão no país, à falta de interesse de determinados segmentos de torná-las públicas, parece-me, todavia, que, do ponto de vista exclusivamente

constitucional, merecem algumas considerações jurídicas.

De início, quero esclarecer que não tenho qualquer preconceito contra os homossexuais e – como todos os brasileiros – tenho amigos que adotaram tal opção na vida. Tenho, todavia, desde os *Comentários à Constituição do Brasil*, que com Celso Bastos elaborei, em 12.000 páginas e 15 volumes pela Editora Saraiva, entendido que a união de pares do mesmo sexo não configura casamento, no sentido consagrado pela Lei Maior, a qual declara ser a família a base da sociedade; que o Estado tudo fará para prestigiá-la, desde que formada por homem e mulher; que o casamento religioso tem valor de casamento civil entre homem e mulher; que deve, o Estado, tudo fazer para transformar a união estável em casamento; que a família será assim considerada, se houver prole, desde que ou o homem ou a mulher continue a educá-la; que o pátrio poder será exercido ou pelo homem ou pela mulher.

Em nenhum momento, a Constituição, no art. 226 e seus cinco parágrafos sobre a família, cuidou de homem e homem e mulher e mulher para constituírem a família nos moldes constitucionais.

Quando o STF decidiu, CONTRA O EXPRESSO TEXTO CONSTITUCIONAL, que família também seria constituída pela união de pessoas do mesmo sexo, VIOLOU o referido artigo, comportando-se como *poder constituinte* e não, o que a Constituição determinou ser sua função, ou seja, apenas de *Guardião da Constituição* (art. 102). Tanto é assim que, nem nas ações diretas de inconstitucionalidade por omissão do Poder Legislativo, a lei prevê que o Judiciário possa legislar em seu lugar (art. 103 § 2º).

À evidência, não pretendo – e nem seria lógico – retirar o direito de conviverem pares do mesmo sexo. Entretanto tal união não seria casamento, como definiu recentemente o Tribunal Europeu de Direitos Humanos de Estrasburgo, pois o *casal*

seria incapaz de gerar prole por processos naturais, não se assemelhando à família, que deve ser prestigiada pelo Estado como base da sociedade. A criação de uma sociedade civil, outorgando-se mútuos direitos e deveres, em contrato que lhes permita garantirem-se no futuro, tudo isto é possível, são numerosas as relações jurídicas passíveis de conformar para este tipo de sociedade e de uniões. O que não são e nunca serão é família, no conceito tradicional, aquela que tem permitido a evolução da Humanidade pela geração natural de prole na relação entre pai e mãe, na imensa maioria dos casos.

Nem há que se argumentar com a exceção, ou seja, de casais que não têm filhos ou de pessoas que adotam filhos. A união de homem e mulher permitirá a seus filhos a opção mais natural, que é atração pelo sexo oposto. Na grande maioria das hipóteses de homossexualismo, a opção sexual realiza-se por influência externa e após certa idade. Mesmo aqueles que pretendem impor uma ideologia de gênero, dizendo que os seres humanos nascem sem sexo definido – apesar de o aparelho genital definir o sexo – sabem, por *n* experiências, que a esmagadora maioria das crianças tem suas preferências e atitudes acompanhando sua natureza biológica.

Parece-me, pois, que a decisão unânime, cujo resumo foi encaminhado pelo Gen Lessa, presidente da Academia de Ciências Políticas e Morais, proferido por Corte de países com civilizações muito mais antigas que a brasileira e por juízes imparciais, prestigia o casamento de homem e mulher, pois, no curso de toda a História da Humanidade, sempre foi a família tradicional, de homem e uma mulher, que permitiu a evolução da raça humana. As decisões mencionadas mereceriam reflexão pelos Ministros da Suprema Corte do país, que admiro por sua cultura, idoneidade e valor, mas que, neste ponto, não respeitaram a Constituição Brasileira ■

Pensamento Econômico

Ralph Miguel Zerkowski

Economista

In memoriam

Nesta parte iremos examinar os tempos, os fatos, os valores, bem como os principais protagonistas do período compreendido entre o final do século e as implicações da República, a chamada *República Velha* até atingir a Revolução de Trinta e seus desdobramentos até o fim da Segunda Guerra Mundial.

Entenda-se uma coisa. Os personagens que irão frequentar estas páginas são o que se denominaria hoje de pensadores sociais, indivíduos dotados de uma ampla cultura geral, dentro da qual apareceriam alguns conhecimentos de Economia, o que, aliás, já foi mencionado anteriormente. Talvez tivessem já um conhecimento mais sofisticado e mais consentâneo com o seu tempo. Entretanto se comparados aos atuais economistas ou cientistas sociais, não passariam de livres pensantes brilhantes certamente, mas sem o conhecimento técnico dos dias de hoje.

Neste sentido não vale a pena comparar o Brasil à Europa, o que é óbvio, mas aos Estados Unidos, que a partir da segunda metade do século XIX enfatizaram e perceberam a importância das ciências sociais de uma maneira geral e da economia de uma forma muito particular. Isto é tão relevante que já à época da Primeira Guerra Mundial existe uma admiração por parte dos europeus pela Nação americana.

Lê-se em Machado de Assis, em um dos seus contos, que o funcionário do governo assim que se viu proclamada a República, simplesmente tirou da parede o retrato do Imperador e em seguida colocou a do Marechal Deodoro. Com isto queria assinalar que nada teria mudado. De fato tardaríamos até ao início do século para que algo mais moderado ocorresse.

Entretanto a República herdaria as

mazelas financeiras e administrativas do Império, agravando-as de forma impressionante, gerando em contraposição à Monarquia uma enorme instabilidade política, matéria prima para os estudos posteriores dos nossos analistas sociais.

Há que se recordar que de uma maneira geral, tanto o mundo europeu como o norte-americano e até mesmo o asiático (Japão) passaram por transformações econômicas, políticas e sociais que se iniciam no fim do século XVIII e se aceleram na segunda metade do século XIX, chegando ao seu ápice às vésperas da Primeira Guerra Mundial. Este seria o mundo de boa parte do século XX até os anos 70 aproximadamente.

Neste diapasão o Brasil se embrenhava em contradições, indecisões que se arrastariam ao longo do século XIX, passariam para o século XX e só muito lentamente se modificariam a partir da eclosão da Grande Guerra que obrigaria, após, a realizar um primeiro processo de substituição de importações passando a ser autossuficiente em alimentos e implantando os pólos de algumas indústrias como a têxtil, por exemplo.

Por outro lado, tal como aconteceu em outros países, a pressão demográfica se acentuou passando de quase 10 milhões em 1872 a 45 milhões em 1945, e o que é mais importante, com uma taxa de urbanização crescente, muito embora a população rural superasse ainda a urbana em 1945. Este é um dado importante para se entender as pressões econômicas, sociais e políticas que o século XX traria, obrigando os estudiosos a se dedicarem mais às ciências sociais.

Ainda dentro da Monarquia e depois na República teremos que dar crédito a Joaquim Nabuco, cujo ano de centenário de morte celebramos e que nasceu em 1849, filho de outro não menos notável: o senador Tomás Nabuco. Notabilizou-se

pela sua luta contra a escravidão, mas merece destaque no que diz respeito ao seu desempenho e visão na parte econômica. No seu famoso livro *Minha Formação* desponta trechos em que se revela um liberal econômico, a favor da industrialização com base em empreendimentos nacionais, da reforma agrária e da importância da criação de um mercado interno. Lembrar que intelectualmente foi impactado pela sua estada na Inglaterra, onde esteve durante alguns anos, além de embaixador nos Estados Unidos de 1905 a 1910. Walter Bagehot (1823-1877), Edmund Burke (1728-1798) e David Hume (1711-1776), dentre outros liberais ingleses, também o viriam a influenciar. Percebeu que o centralismo das grandes capitais como Rio de Janeiro e São Paulo atrofiavam as atividades econômicas.

O segundo protagonista, já entrando no período republicano, que deve ser mencionado é Rui Barbosa (1849-1923). Decantado em prosa e verso como dos mais inteligentes da História brasileira, dedicou-se também aos assuntos econômico-financeiros. Quais as ideias essenciais de Rui? Defendia a Industrialização como meio de subsistência do país associada à agricultura. Entretanto colocava-se contra o protecionismo, mesmo que como incentivo inicial. No que diz respeito à tributação, defendia a primazia dos impostos diretos como mais justos e que incentivariam a produção. Condenava as emissões de papel moeda e defendia o monopólio estatal de sua emissão. O crédito público para o setor privado era defendido como meio produtivo eficaz. Defendia a industrialização como meio de subsistência do país associada à agricultura, sem protecionismo.

Pandiá Calógeras (1870-1934), ministro da Agricultura, Fazenda e Guerra, além de empresário e deputado, ocupou papel de mais amplo relevo. Sua obra é

no Brasil

SEGUNDA PARTE 1889/1945 - República ao fim da Era Vargas



vastíssima: administração, finança pública, economia, direito de minas, política externa, História do Brasil dentre outros. Sua frase célebre encerra uma lição de economia e finanças: *todo orçamento reflete uma política de governo*. Isto quer dizer que ele foi o primeiro a avaliar os aspectos qualitativos da receita e da despesa pública. Percebeu as implicações da dívida pública e sua relação com as emissões e a política monetária de uma maneira geral. Os problemas administrativos governamentais ocuparam sua vida e percebia que de uma maneira ou de outra o governo influenciava a vida econômica do país, acabando com a ideia prevalecente de orçamento neutro. Teve o mérito de juntar a prática administrativa à teoria.

Há toda uma geração de *financistas* que tiveram a sua importância e que pontificaram ao longo do fim do Império até à República Velha. Alguns deles: Amaro Cavalcanti (1851-1922) foi prefeito do Distrito Federal e ministro da Fazenda; Serzedelo Correia (1858-1932), ministro dos Transportes, Fazenda e Agricultura; Joaquim Murinho (1848-1911) foi ministro da Viação, Indústria e Comércio e da Fazenda. Dentre eles, Murinho foi o que mais se notabilizou, permanecendo no governo de 1898 a 1902; e Leopoldo Bulhões (1856-1928), ministro da Fazenda em 1906. Como todos eles, suas obras se expressavam em relatórios do Ministério da Fazenda nos quais, através da prática administrativa, se apropriava de assuntos

econômicos. Invariavelmente os temas tratados eram o déficit orçamentário, a emissão de moeda (falava-se então em lastro), o *gravame dos impostos*, que obedecia mais às necessidades orçamentárias do que a qualquer princípio de razoabilidade econômica e, também, à questão da dívida pública, sua extensão, limites de endividamento etc. Obviamente recorriam a empréstimos externos garantidos por arrecadações futuras. Não faltavam também os *funding-loans*, empréstimos para saldar empréstimos e consolidar a dívida. Nas províncias eventualmente a coisa se repetia em menor escala e terminaria com a Revolução de 30, umas das razões dela. A Revolução de 1930 muda o panorama do país e seu quadro

administrativo. É a modernização dele como um todo. Neste sentido o elenco de personagens é sensivelmente aumentado. Destacam-se Oliveira Vianna (1883-1951), Caio Prado Júnior (1907-1980), Roberto Simonsen (1889-1948), Eugenio Gudín (1886-1986) e Otavio Gouveia de Bulhões (1906-1990). De uma maneira geral refletem o *novo estado de coisas* e vêm na esteira da industrialização e urbanização, cujo corolário encontra-se na eclosão da Segunda Guerra Mundial, que traria profundas consequências para o Brasil.

Oliveira Vianna aparece como analista econômico em *História Social do Capitalismo no Brasil*, no qual aponta o elemento do pré-capitalismo que seria a base de existência do capitalismo e suas implicações para o atraso do país. Importante assinalar a obra *Instituições Políticas Brasileiras*, que servem de pano de fundo para o desenvolvimento do país. O centralismo e certo autoritarismo emergem desta obra, bem como o corporativismo, pano de fundo do fascismo muito em voga àquela época.

Caio Prado Júnior entra como historiador econômico antes mesmo de Celso Furtado, que só apareceria após 1945. Destaca os diversos ciclos econômicos por que passou o Brasil do ouro, da cana, do gado etc. Destaca os elementos formadores. Usa moderadamente a instrumentação marxista. É de certa forma uma novidade, pois incorpora o econômico à análise histórica.

Na década de 1940 a dupla Gudín/Bulhões apareceria e seria usada sempre como fator de referência quer para elogios quer para ataques. É o gérmen daquilo que marcaria o debate econômico e que vem até nossos dias, a intervenção ou não do Estado no domínio econômico. Nesta época há a famosa controvérsia entre Gudín e Roberto Simonsen sobre o planejamento econômico, que também dominaria o cenário dos anos 50, 60 e 70.

Ainda com alguma reserva devemos mencionar a obra de Gilberto Freire. Dizemos com reserva, pois foi essencial-

mente um historiador social. Ainda assim percorre lateralmente o fenômeno econômico que estava por trás das relações humanas e sociais tão bem delineadas por ele: o latifúndio, o problema de custo de mão de obra e mesmo as consequências econômicas do abolicionismo. Em *Ordem e Progresso*, que é uma espécie de inquérito social familiar, aparecem as feitas pelos seus entrevistados, em que se fica sabendo que liam Karl Marx, só para exemplificar. Mas o faziam apenas a título de cultura, como leriam liberais econômicos ingleses, sem que com isto se engajassem num ou noutro modo de pensar necessariamente.

Em meados dos anos 40 do século passado, assistem o debate que marcaria para sempre as ideias econômicas no Brasil. Trata-se do confronto entre Eugenio Gudín (1889-1989) e Roberto Simonsen (1889-1949). O primeiro defendendo a prevalência do mercado e, o segundo, a intervenção governamental através do planejamento. Os primeiros impactos do keynesianismo já se fazem presentes, bem como o problema da intervenção governamental quer seja sobre a ótica de regulador quer seja sobre a forma de empreendedor.

Também fica claro nesta discussão que, conforme foi dito, a controvérsia que empolgaria a década seguinte era a de que o Brasil deveria ou não se industrializar. Simonsen colocava-se em favor desta como meio de libertação econômica capaz de empregar pessoas que, a esta altura, já se deslocavam para os centros urbanos. E criar um mercado interno. É desta época a expressão *produtos gravosos*, ou seja, produtos primários que tendiam a altas flutuações de preços e, conseqüentemente, aumentavam ou diminuía as receitas cambiais e a renda interna do país.

Já do lado oposto veríamos Gudín alegando que os custos desta industrialização seriam elevados, já que *não possuíamos vantagens comparativas*, ou seja, produziríamos a preços não competitivos prejudicando o consumidor interno e não

podendo competir internacionalmente. Em compensação, como exportador de produtos primários, tínhamos possibilidades de exportar e ter um processo produtivo eficiente e, como via de consequência, gerar maior renda nacional.

De um modo geral a sensação que fica é a de que as ideias econômicas e a concepção mesma de ciência econômica penetraram tardiamente no Brasil, tal como o próprio desenvolvimento. Só para efeito de comparação, nos Estados Unidos, na segunda metade do século XIX com aceleração para o final do século, o ensino de economia já era algo estabelecido, sem falar naturalmente da Europa ■

Notas:

1 - Não faltavam indivíduos franceses, ingleses, alemães que eventualmente consideravam os americanos um tanto quanto primitivos e provinciais.

2 - A passagem do século XVIII para o século XIX marca a chamada Era das Revoluções: a Francesa, a Revolução Americana, a Revolução Industrial, com desdobramentos que resultariam na emergência da Nação-Estado. Todo este desencadear de fatos gerou condições para a aceleração do desenvolvimento material e espiritual do mundo ocidental. De alguma forma o Brasil passava ao largo neste processo. A percepção das informações se fazia com alguma defasagem no tempo.

3 - O IBGE publica ao longo da década dos 40 os Censos Econômicos de 1939 e o Demográfico de 1940. Em ambos parece claro a emergência industrial brasileira e as transformações induzidas pela urbanização. Como não tinha havido Recenseamento desde 1920, estas transformações foram ainda mais contundentes dado o lapso de tempo entre os dois eventos.

4 - A obra de Oliveira Vianna é mais conhecida através de "Instituições Políticas", que é mostrada como uma versão do fascismo tropical. É uma pena, porque a sua visão de capitalismo é muito interessante.

5 - O marxismo penetraria no Brasil de forma mais sistemática a partir de 1932 pelas publicações do jovem Marx, muito embora o Partido Comunista Brasileiro tivesse sido fundado em 1922.

6 - Ambos são os primeiros aos quais se pode atribuir o termo economista.

7 - Autor de importante livro de História Econômica do Brasil.

8 - Lembrar que datam desta época a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúrgica Nacional, a Previdência Estatal, o início do controle de preços etc.

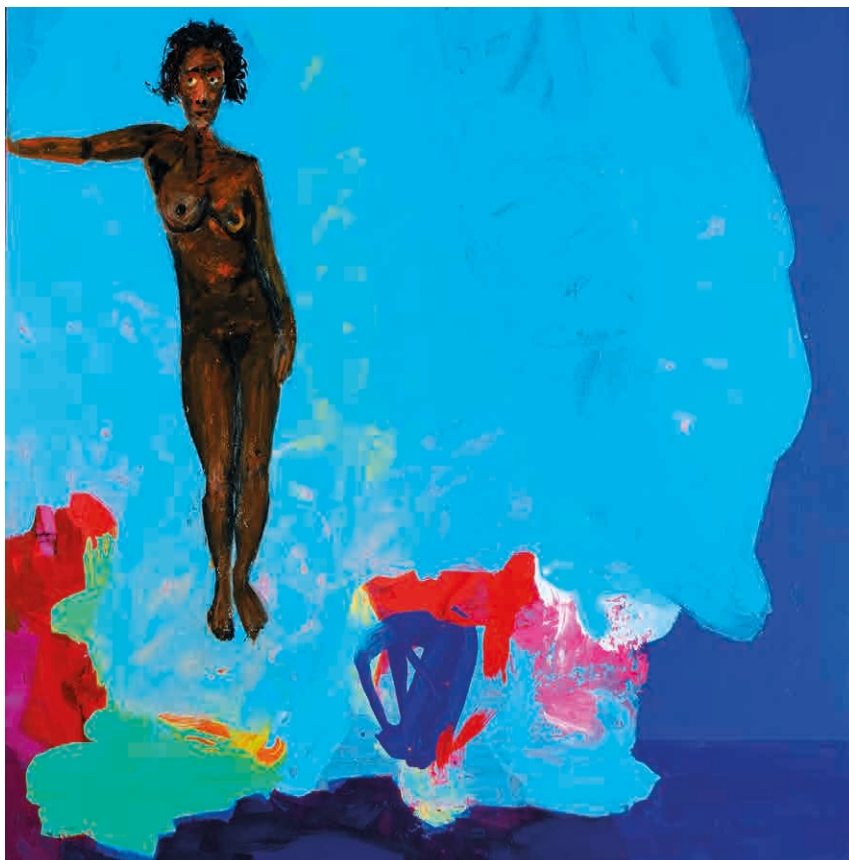
9 - Deve ter sido uma das primeiras vezes que alguém utilizou esta expressão no Brasil. Assinale-se ainda que com a eclosão da Segunda Guerra Mundial os preços tanto das matérias primas quanto dos produtos alimentares cresceram enormemente, dando a impressão eventual de que Gudín estaria certo.

Percival Puggina

Membro da Academia Riograndense de Letras,
arquiteto, empresário e escritor

puggina@puggina.org

GUERRA DE NARRATIVAS E SUAS VÍTIMAS



Durante cerca de trinta anos, aqui em Porto Alegre, onde resido, participei intensamente de debates em programas de rádio e TV. O formato era mais ou menos o mesmo em todas as emissoras: colocavam-se frente a frente duas posições distintas sobre um tema em evidência. O objetivo não era que os participantes chegassem a um improbatilíssimo consenso, mas digladiassem com as armas da lógica e da retórica para convencerem a audiência. A regra ética prevalente, muitas vezes rompida, era a de *não mentir*. Eu tinha uma lista de mentirosos com os quais não debatia.

Perante o tribunal da opinião pública, é aceitável que lados em confronto, ao expor suas posições, sublinhem o que lhes convém, e descartem o que seja inconveniente. Apontar contradições e inconsistências de cada um, caso existam, é tarefa que compete ao outro lado da mesa. Mentir, porém, é sempre indecoroso. Estou contando isso para reconhecer perfeitamente legítimo que, no debate político, cada lado adote a *narrativa* que melhor lhe convier. Repito para absoluta clareza: refiro-me a esse específico tipo de interlocução.

Recentemente, um professor a quem aponte a parcialidade na qual afundou a educação em nosso país, contestou-me dizendo que isso se explica porque toda observação da realidade é feita a partir de um ponto, ou seja, um professor só poderia falar desde o seu ponto de vista. Eu o refutei, sustentando que tal atitude era válida no debate político, mas a sala de aula não era lugar para tais disputas, nem para disputas com tais características, mormente com protagonismo do professor. É totalmente impróprio, ali,

promover o convencimento dos alunos. O ambiente escolar é sagrado demais para isso.

Por outro lado, quase tão desonesto quanto mentir aos alunos é esconder o ponto de vista divergente e ocultar autores e livros que contestem as ideias do professor, da disciplina, ou do departamento. E é exatamente isso que, há décadas, acontece no Brasil, escondendo-se as obras de autores conservadores e liberais, como Antonio Paim, Meira Penna, João Camilo, Roberto Campos, Ives Gandra, Olavo de Carvalho, dentre tantos outros. Na contramão, intoxicam-se os colegiais com obras marxistas e com textos rasteiros, como o lamentável *Veias abertas da América Latina*, renegado pelo próprio autor.

No mesmo diapasão, a mãe das humanidades, a grande e apaixonante ciência da História, se tornou terreno fertilíssimo para essa importação da retórica política ao campo da ciência. Nasceu e prosperou, nos últimos anos, uma nova História, dita crítica, que simplesmente prostitui a nobre ciência no leito das lascívia do poder e das preliminares da disputa pelo poder hegemônico. Como pode a História se converter em objeto de uma *guerra de narrativas*, em que, como sempre, a verdade é a primeira a ser imolada?

Intelectuais, historiadores e professores têm a obrigação de respeitar a sala de aula e a ciência. Não lhes é lícito ocultar interpretações e autores divergentes nem exercer uma atividade militante em que a mais grossa mentira é admitida pela habitualidade com que é contada. Padecem a verdade e o conhecimento, restringe-se a liberdade dos alunos e até sua identidade resulta afetada ■

A GUERRA

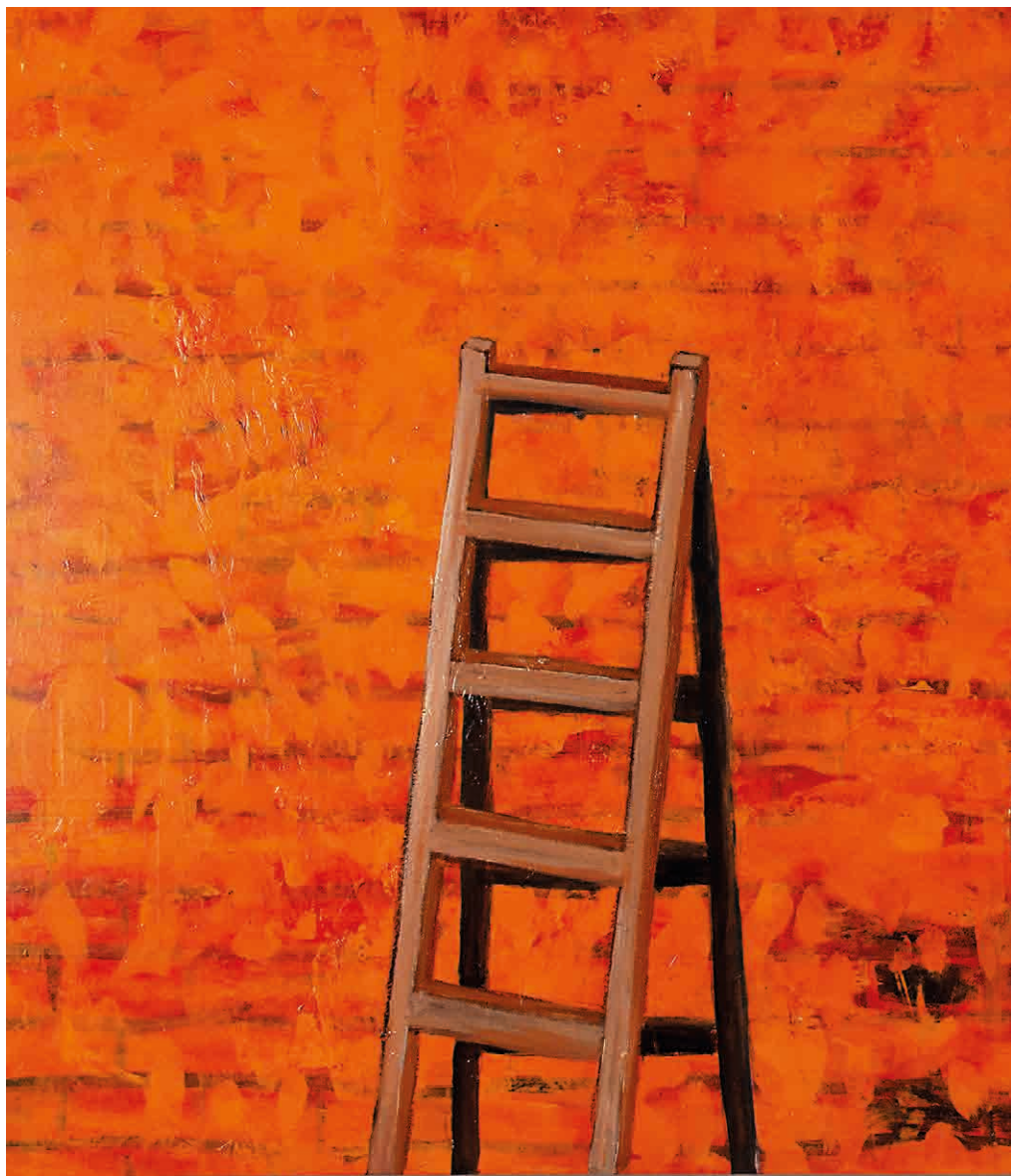
Último argumento dos reis e poderoso instrumento de conquista territorial, o canhão tem sido apontado como símbolo maior da guerra convencional. No pensamento de Zbigniew Brzezinski, entretanto, autor de *A Revolução Tecnocrônica*, a diplomacia do canhão seria coisa do passado; o futuro caberia à diplomacia das redes, ou seja, aos órgãos e redes de comunicação social. Estes, ao contrário do poder bélico, de ação espacialmente horizontal, agiriam verticalmente, *penetrando na grande reserva que é a alma humana* (Edgar Morin).

É que vivemos um tempo no qual uma doutrina de viés militar, rotulada de quarta geração, vem sendo aplicada em proporções cada vez maiores, por força do progresso tecnológico, nos conflitos entre nações. Nela são preconizadas ações psicológicas que visam interferir no campo psicossocial do país alvo, diminuindo a autoestima do seu povo, reduzindo ao mínimo seu espírito de coesão.

Canhões de uma nova era, os órgãos de comunicação social, com ênfase na mídia televisiva, modelam a opinião pública, sobrepujando universidades, igrejas, movimentos sociais e partidos políticos. Em função disso, muitos países se preocupam em regulamentar o funcionamento dos meios de comunicação social no intuito de impedir a formação de um oligopólio midiático que, respaldado pela liberdade de expressão, possa vir eventualmente a promover interesses comprovadamente antinacionais.

Por oportuno, cito o pensamento de um dos mais ilustres brasileiros contemporâneos, Barbosa Lima Sobrinho, militante de uma esquerda então nacionalista: *No Brasil só existem dois partidos: o de Tiradentes e o de Silvério dos Reis. Eu pertencço ao primeiro.*

Tal assertiva substitui a tradicional



divisão político-ideológica entre esquerda e direita por outra que posiciona, de um lado, agentes da desagregação étnica e social, facilitadora de intervenções neocolonialistas e, de outro, patriotas permanentemente vigilantes com relação às tentativas espoliadoras do nosso patrimônio físico e cultural.

É fácil constatar, e também motivo de patriótica preocupação, a presença de ativistas do partido de Silvério em setores da grande imprensa. Ora transvestidos em defensores do meio ambiente, com destaque para o da Amazônia, região historicamente alvo

de cobiça internacional, por eles negada; ora defensores de minorias étnicas, especialmente a dos povos indígenas, por eles condenados a viverem em uma espécie de *jardim antropológico*; ora arautos da incapacidade de o povo brasileiro gerir o seu próprio destino; ora enaltecendo o coro de vozes que do exterior, de terras estrangeiras, se dedicam a denegrir a imagem do Brasil. Não se vexam em revelar publicamente seus propósitos internacionalistas por contarem, assim acreditam, com um ambiente cultural por eles próprios, formadores de opinião, cuidadosamente cultivado

DO BRASIL



ao longo dos anos, favorável aos seus nefandos desígnios. E porque existe uma resistência patriótica nas redes sociais, cria-se um cenário de enfrentamento, de confronto, um verdadeiro campo de batalha, objetivando-se a conquista dos corações e das mentes.

Eis a guerra do Brasil, sem fim e sem tratado de paz.

Para os internacionalistas o conceito atual de soberania nacional tornou-se arcaico e está sendo atropelado por uma nova geografia que não respeita fronteiras físicas e nem mesmo as culturais. As causas e questões temáticas que preocupam

o planeta terra devem ser tratadas sob uma ótica universal, não importando se isso venha trazer benefícios para uns e malefícios para outros. E entre os outros, estamos nós, o Brasil e o seu povo.

Dentro dessa visão universalista, ao introduzirem uma fórmula neocolonialista no trato da causa indígena e da questão ambiental, tornaram o Brasil prisioneiro de suas próprias terras. No Brasil de hoje, menos de 8% do seu território são de terras cultiváveis. Nossos percentuais de terras protegidas, preservadas e cultiváveis atendem, sim, aos interesses de países hegemônicos que, a pretexto

de defenderem causas nobres e de âmbito universal, planejam, na realidade, o controle futuro da exploração de parte dos ricos e abundantes recursos naturais que o Brasil possui; e atendem, igualmente, aos interesses dos que concorrem com o Brasil na produção de alimentos.

Guerra do Brasil. Em face do exposto, quem a está vencendo no momento são os partidários de Silvério dos Reis que, infelizmente, para isso, contam com o apoio de parte de uma imprensa também *silveriana*.

Em defesa de uma nação ameaçada, resistir é preciso ■



O EMBLEMÁTICO ANO DE 1968

O ano de 1968 foi ímpar (e emblemático) na História do século XX. Foi o resultado de vários fatores, mas, preponderantemente, a chegada à suposta vida adulta (ou à denominada pós-adolescência) de uma expressiva parcela da população que nasceu nos últimos anos da Segunda Guerra Mundial (e, portanto, não testemunhou, conscientemente, os horrores daquele embate global), ou, mais precisamente, no imediato período pós-guerra (geração *baby boom*), desfrutando, pois, de uma (inérita) era de grande prosperidade econômica e elevado desenvolvimento social (não obstante a existência de tensões oriundas da denominada Guerra Fria, que, em decorrência de suas próprias características de exteriorização através de conflitos localizados, foram muito pouco conhecidas e compreendidas por esta nova geração).

“Os estudantes tomaram as ruas. Os operários pararam as máquinas. Os negros cerraram os punhos, e as mulheres queimaram os sutiãs. Revistos com o benefício do tempo, gestos de antes, durante e depois de hoje transformam aquele ano no ponto de convergência do ativismo no século XX: um século que oscilou entre o *autoritarismo* e a *rebelião* (...).”

Os movimentos de 1968 foram eclodindo em vários países, sem ter necessariamente relação uns com os outros. O sentimento geral era o de *luta pela liberdade*, fosse política, social ou individual (...). O protagonismo foi dos jovens. Dos subúrbios de Paris às ruas de Praga, nas marchas de Washington e nas passeatas da Cinelândia,

a juventude contestava as estruturas que dominavam suas vidas, cotidianos e relações familiares (...).” (GABRIEL CARIELLO; *O Ativismo na Era do Desencanto*, O Globo, 24/06/2018, p. 11)

Portanto, esses novos (e expressivos) contingentes populacionais acabaram por vivenciar um (autêntico) mundo paralelo, completamente divorciado do mundo real, passando a contestar, com grande veemência, uma realidade (efetiva) que eles simplesmente não tinham capacidade (e nem suficiente discernimento) para compreender em sua inteireza.

Destarte, embriagados por um romantismo completamente desconectado da realidade, abalaram os alicerces (e estruturas sociopolíticas) na maior parte dos países do mundo, muito embora, em nenhum deles, sem qualquer exceção, tenham (verdadeiramente) logrado qualquer vitória no sentido de alterar ou modificar o *status quo*.

“Décadas depois (dos emblemáticos anos finais da década de 60, com ênfase em 1968), os jovens voltaram às ruas. A partir de 2010, uma onda de protestos na Tunísia e no Egito foi o epicentro da chamada Primavera Árabe. Levou jovens americanos a ocupar o centro do sistema financeiro internacional. Provocou confrontos violentos entre policiais e manifestantes na Turquia. E chegou ao Brasil em 2013, com os movimentos contra o aumento nas tarifas de transporte.

(...) (somente) depois dos atos de 2013, os movimentos sociais perceberam que o *diálogo* (e não a *violência*) passou a ser uma

estratégia mais eficiente (para se propor ideias e buscar mudanças sociopolíticas).” (GABRIEL CARIELLO; *O Ativismo na Era do Desencanto*, O Globo, 24/06/2018, p. 11)

Porém, foram (reconhecidamente) muito exitosos em, *involuntariamente*, conceber (e legitimar) pretensos ditadores, adiando, muito provavelmente, a vitória (derradeira) da democracia liberal sobre o totalitarismo (e, em parte, os governos autoritários) e o próprio fim da Guerra Fria.

Os países que mais diretamente sofreram as (imaturas e irrefletidas) ações dessa juventude (em, muitas vezes, incompreensível fúria) foram exatamente os que mais recuaram em seus respectivos caminhos para a implantação de um pleno regime democrático, com ênfase na França, nos Estados Unidos, na Tchecoslováquia (incluindo a Europa Oriental, de modo geral) e no próprio Brasil.

“A morte do Soldado MÁRIO KOZEL FILHO, em 1968, foi consequência do ambiente da Guerra Fria que se refletia no mundo e penetrava no Brasil. Um período de *entusiasmos artificializados*, de *intolerâncias incitadas* e de *paixões extremadas* que faziam os brasileiros *miopes* para a *realidade civilizada*. Foi um tempo que nos dividiu, que fragmentou a sociedade e nos tornou conflitivos. A fratura da sociedade é uma experiência para ser lembrada. Deixou-nos ensinamentos que não podem ser esquecidos ou negligenciados.” (CLAUDIO DANTAS; *Exército Presta Homenagem Inédita a Soldado Morto por Grupo de Dilma em 1968*, Disponível em:



< <https://www.oantagonista.com/brasil/exercito-presta-homenagem-ine-dita-soldado-morto-por-grupo-de-dilma-em-1968/>> Acesso em: <6 Jul 2018>)

Não foi, desse modo, um ano a se festejar, como apregoam os menos avisados (e mesmo alguns estudiosos que analisam aquele período histórico com indesculpável superficialidade); muito pelo contrário, foi uma época de grande retrocesso, ainda que tenha (também e em contraposição crítica) marcado a ascensão protagonística da juventude (e o início de discussões importantes, como o feminismo e de outras questões até então inéditas) no processo político mundial.

Dos Diversos Tipos de Autocratas: os forjados pelas circunstâncias históricas e os geneticamente predisponíveis

Se, por um lado, é verdadeiro o fato de que existiram (e continuam a existir) ditadores cujas *veias totalitárias* advêm, em certa medida, de circunstâncias históricas umbilicalmente combinadas com distúrbios de provável origem genética (v.g. *Hitler, Stalin, Pol Pot*, dentre tantos outros), o singular ano de 1968 (pontuado no contexto de outros emblemáticos episódios humanos) também foi útil em demonstrar, de forma, no mínimo, surpreendente, que é igualmente possível forjar (artificialmente) tiranos exclusivamente em função de *situações-limite* (caracterizadas por pressões de tamanha e incontrolável magnitude), em que, simplesmente, não há (ou aparenta não haver) outra alternativa para a própria sobrevivência política (seja da agremiação governamental ou do próprio titular do cargo), exceto através do emprego (em sua ampla maioria, comprovado e curiosamente indesejado) da repressão em suas mais diversas gradações.

Foram os casos e episódios vivenciados, em particular reação aos desafios impostos pelos acontecimentos de 1968, pelo herói francês da Segunda Guerra Mundial, *Charles De Gaulle* (em relação à necessária repressão aos estudantes franceses), por *Leonid Brejnev* (no caso da invasão da Tchecoslováquia para pôr

termo ao processo de redemocratização que, fatalmente, conduziria ao fim dos denominados, à época, *satélites da União Soviética* e aceleraria o processo de dissolução da mesma, o que somente veio a ocorrer efetivamente em 1991) e por *Costa e Silva* no Brasil (em relação à edição do malsinado AI-5, em 13 de dezembro de 1968), apenas para citar os exemplos mais conhecidos e propositadamente protagonizados por atores completamente distintos, seja sob o aspecto de suas divergentes concepções ideológicas, seja sob as distantes óticas geográficas e político-contextuais.

“O verso do poeta FÉLIX DE ATHAYDE exprime, melhor do que um tratado, o estado de espírito dos que lutavam nas ruas do país contra o governo, instaurado em fins de março de 1964 por uma ampla coalizão civil-militar.

As políticas adotadas pelo primeiro governo militar suscitaram descontentamento. Os trabalhadores sofriam com o *arrocho salarial*. Os empresários, com a *falta de créditos*. As classes médias, protagonistas das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, que deram respaldo social ao movimento, *não se viam recompensadas*. Grande parte da mídia que incentivara os militares a depor JOÃO GOULART *cobria o governo de críticas* (...).

Os universitários e secundaristas exprimiam com vigor as insatisfações. Em 1966-1967, passeatas nas grandes cidades do país conferiram musculatura a suas entidades e autoconfiança às lideranças. A (tímida) repressão policial (...) não conseguia deter o processo.

Em 1968, o país vivia sob o segundo governo militar. Ele veio com promessas de *‘diálogo’* e *‘humanização’*, porém, estas boas palavras não mereciam crédito (por parte de certos segmentos da) opinião pública. A morte do jovem EDSON LUÍS DE LIMA SOUTO, em fins de março, desencadeou novas ondas de protesto em todo o país. (...)

Em maio e junho de 1968, passeatas no Rio alcançaram um novo auge. (...)

As lutas culminaram na passeata chamada dos Cem Mil, ocorrida em 26 de junho

de 1968 (no contexto dos acontecimentos internacionais).” (DANIEL AARÃO REIS; *Nada é Dado, Tudo é Conquistado*, O Globo, 26/06/2018, p. 12)

“Em 26 de junho de 1968 ocorreu a chamada ‘Passeata dos Cem Mil’, a jornada durante a qual o Centro do Rio foi tomado por milhares de pessoas que defendiam as liberdades públicas. (...) A passeata tomou conta da história de 1968, mas ela foi um crepúsculo. *A treva amanheceria horas antes, durante a madrugada, quando um caminhão com 50 quilos de dinamite explodiu diante do portão do QG do II Exército, matando o soldado (de apenas 18 anos de idade)* MÁRIO KOZEL FILHO e ferindo cinco outros militares.

O atentado foi obra da Vanguarda Popular Revolucionária – VPR (...). *Oito horas depois, no Rio, a passeata saiu da Cinelândia e percorreu a Avenida Rio Branco*. No dia seguinte, todos os grandes jornais noticiaram com destaque os dois fatos. Aos poucos, porém, *a lembrança do (cruel e sanguinário) atentado evaporou, abafada pelo romantismo da manifestação do Rio e pelo silêncio que protegia o radicalismo esquerdista da época*.

Na passeata, enquanto uma parte dos manifestantes dizia que ‘o povo unido jamais será vencido’, outra, menor, proclamava que ‘o povo armado jamais será vencido’. Seis meses depois, o presidente COSTA e SILVA baixou o Ato Institucional nº 5. (...) O atentado serviu para estimular radicalismos, influenciando a vida do país, enquanto a passeata ficou como uma boa lembrança, nada além disso. (...)

(Por outro lado) o atentado e a facilidade com que se assaltavam bancos no final da década de 60 deram aos grupos radicais de esquerda uma enganosa sensação de invulnerabilidade. Quatro meses depois, dois dos terroristas que estiveram no ataque ao QG participaram do assassinato de um capitão americano que vivia em São Paulo.

O Regime Militar respondeu ao surto radical (...). Dos treze militantes que participaram dos ataques ao hospital militar e ao QG, dois foram executados, sete foram

presos e três deixaram o país. Só um ficou livre no Brasil, com outro nome.

A VPR e suas congêneres nunca defenderam a ordem democrática. Já os ministros que participaram da reunião do Conselho de Segurança Nacional que baixou o AI-5 exaltaram a democracia apesar dos métodos empregados.” (ELIO GASPARI; *26 de junho de 1968: A Alvorada da Treva*, O Globo, 10/06/2018, p. 6)

Porém – apesar de todas as suas inerentes diferenças – todos esses líderes políticos, sem exceção – ainda que a seu modo (muitas vezes mais ditado pelas circunstâncias do que propriamente por suas vontades livres) – foram reconhecidamente complacentes (pelo menos, em alguma medida) com os desafios impostos por um verdadeiro *levante popular* notadamente *juvenil*, de inédita natureza anárquica (ou, no mínimo, de racionalidade duvidosa) em que não se conseguia, de forma lúcida, perceber reivindicações lógicas e minimamente possíveis de serem plenamente atendidas.

“Não é possível travar discussões em níveis distintos. Quando alguém discute no nível *cognitivo* e outro no nível *emocional* estão discutindo em circuitos diferentes e, portanto, incomunicáveis.” (REIS FRIEDE; *Palestra Proferida na Escola Superior da Magistratura do Amazonas*, em 25/06/2018)

Tratava-se, no sentir de vários estudiosos, de uma autêntica tentativa de *revolução inovadora*, caracterizada por uma completa ausência de propósitos claros e objetivos e, sobretudo, factíveis. Apresentava-se, ainda que de forma não intencional, como um movimento do *nada pelo nada*, ou seja, consistente em sua *forma* (continente), mas absolutamente desprovido de *substância* (conteúdo). Tão verdadeira a assertiva que, para completa surpresa de toda a sociedade (nos diversos e diferentes países em que a mesma, quase que concomitantemente, emergiu) suas palavras (universais) de ordem, repetidas como se não fossem sequer ouvidas pelos seus próprios verbalizadores, não fizessem qualquer sentido: tudo, absolutamente, era *reivindicado*, ao mesmo tempo em que *nada* concretamente era *postulado* ■



Carlos Frederico G. Calvet
da Silveira

Filósofo

Vice-diretor do Centro de Teologia e Humanidades,
presidente do Centro Dom Vital - RJ

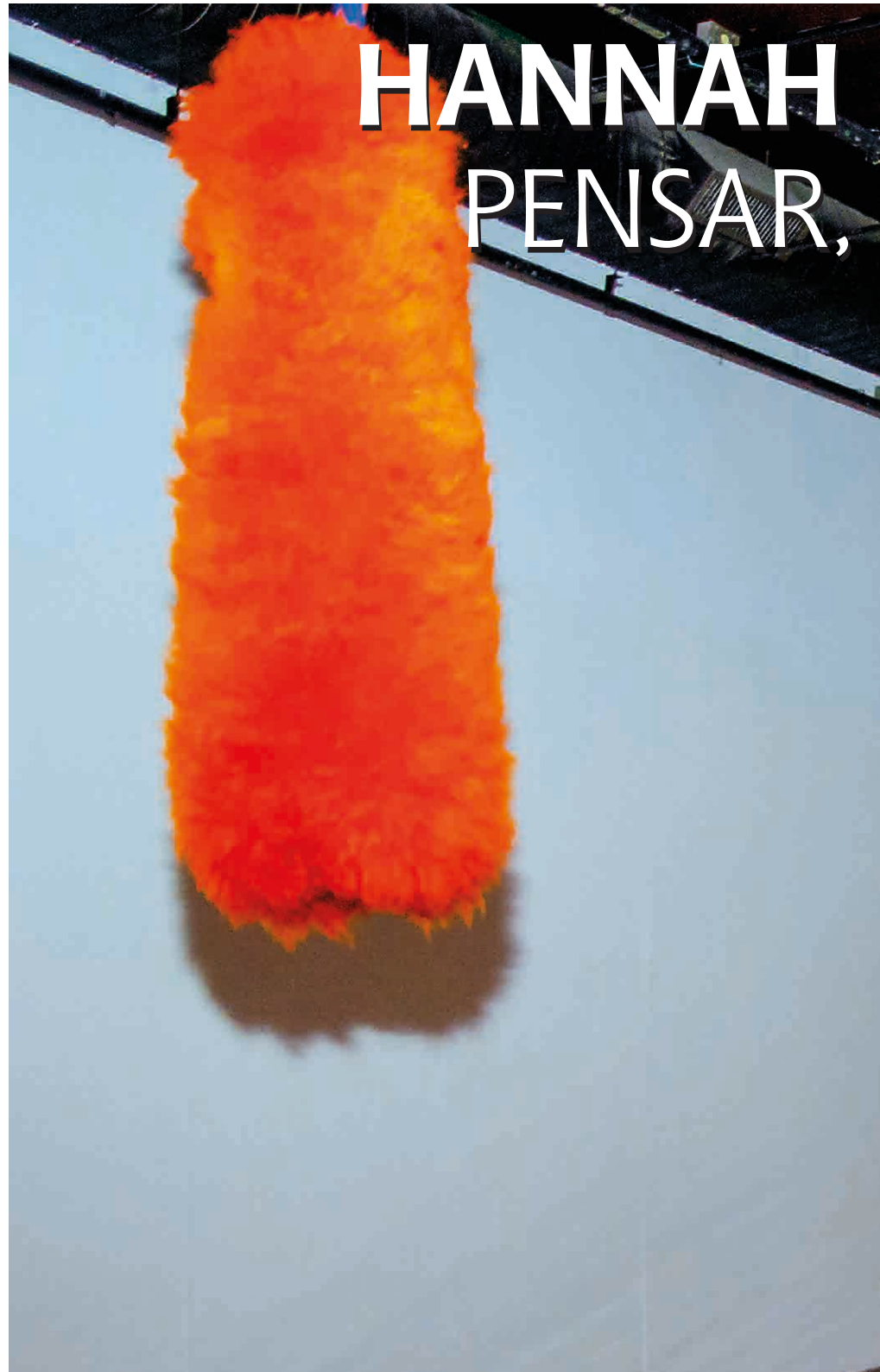
carlos.silveira@ucp.br

A filosofia política foi, desde seu surgimento na Antiguidade, um saber fundamental que articulava o saber prático sobre o comportamento humano e o saber político sobre a vida do homem na *polis*. Essa tradição continuou ao longo dos séculos formando um longo cabedal de problemas e temas que constituem as fontes das mais variadas teorias políticas que surgiram no mundo moderno. Com o crescimento dos estados democráticos, a reflexão política ganhou um espaço ainda maior do que tivera na História do Ocidente, de modo especial nos debates do século XX. Hannah Arendt insere-se nesse contexto de alto desenvolvimento do debate político e se torna um dos nomes mais respeitáveis da ciência e da filosofia política. Percorreremos seu pensamento a partir de três de suas obras, que representam também três momentos bem distintos do desenvolvimento das ideias de nossa filósofa.

O TOTALITARISMO

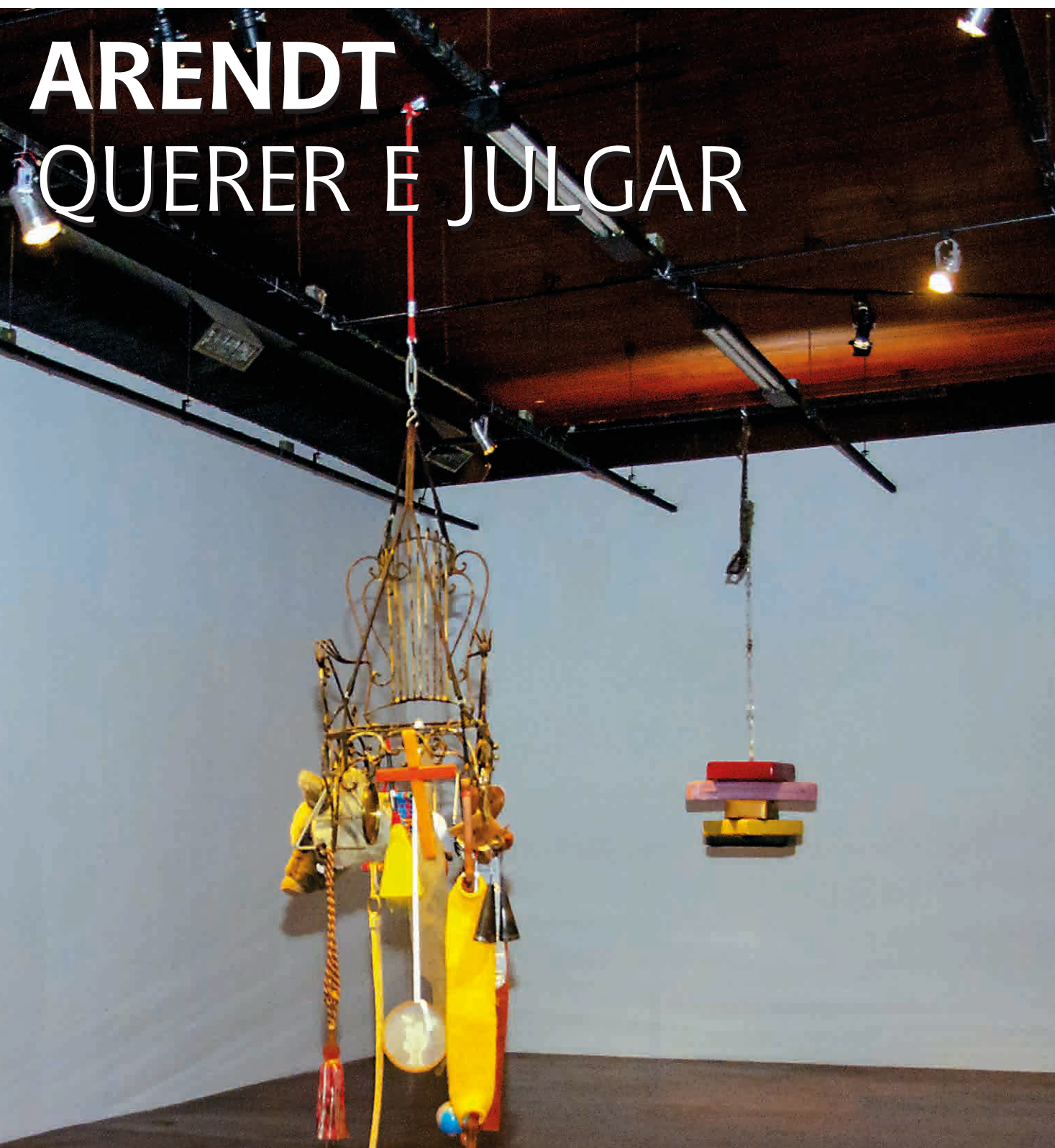
O primeiro impacto do pensamento de Hannah Arendt nos atingiu com *As origens do totalitarismo*, de 1951. Esta obra, complexa e erudita, articula-se em torno de três grandes temas: o antissemitismo, o imperialismo e o totalitarismo.

A novidade da pesquisa de Arendt, nesse ponto de sua obra, consiste em compartilhar o antissemitismo com os próprios judeus. Cada judeu se tornava odioso na medida em que era associado ao Estado. Por quê? A autora completa: *O antissemitismo alcançou o seu clímax quando os judeus haviam, de modo análogo, perdido as funções públicas e a influência, e quando nada lhes restava senão sua riqueza. Quando Hitler subiu ao poder, os bancos alemães, onde por*



mais de cem anos os judeus ocupavam posições-chave, já estavam quase “judenrein” – desjudaizados – e os judeus na Alemanha, após longo e contínuo crescimento em posição social e em número, declinavam tão rapidamente que os estatísticos prediziam o seu desaparecimento em poucas décadas. É

verdade que as estatísticas não indicam necessariamente processos históricos reais: mas é digno de nota que, para um estatístico, a perseguição e o extermínio dos judeus pelos nazistas pudessem parecer uma insensata aceleração de um processo que provavelmente ocorreria de qualquer modo, em termos da extinção do



ARENDT QUERER E JULGAR

judaísmo alemão. (ARENDT, 1989 : 24).

Os conceitos de imperialismo e de totalitarismo vêm completar e aprofundar essas ideias inovadoras a respeito de antissemitismo. Comecemos por considerar o que a filósofa entende por imperialismo nos tempos modernos. Trata-se da expansão europeia que torna a política

fundamental do continente no século XIX, política que consiste numa expansão de cunho econômico e, portanto, de viés capitalista. Mais correto seria até dizer uma subordinação da política aos interesses econômicos como desenlace natural do surgimento da burguesia e do acúmulo do capital: *Nesse caso,*

tudo perde o significado, a não ser a própria força como motor indestrutível e autoalimentador de toda ação política correspondente à lendária acumulação incessante de dinheiro que gera dinheiro. O conceito de expansão ilimitada como único meio de realizar a esperança de acúmulo ilimitado de capital, que traz

um despropositado acúmulo de força, torna quase impossível a fundação de novos corpos políticos – que até a era do imperialismo sempre resultavam da conquista. (ARENDT, 1989 : 167).

A conjugação das ânsias burguesas em vista da exploração pelo capital e as carências econômicas dos estados europeus, necessitados, pois, de fontes de financiamento econômico de seus domínios, levam-nos a um comprometimento com a nova classe em ascensão, a burguesia. O desenvolvimento de uma política concorde com a nossa classe em ascensão põe os judeus, detentores de grande capital naquele momento, na cena da exploração expansionista, conquanto se tornam financiadores dos estados e da política de expansão colonizadora do século XIX.

Por sua vez, o totalitarismo completa o quadro da obra e se mostra como o sustentáculo da política baseada na burocracia e no racismo, cujo objetivo é a expansão territorial dos domínios do Estado. Domínio extensivo e intensivo, de extensão territorial e das consciências ao interno do Estado. Por isso mesmo, os judeus vão ser considerados partícipes do próprio antissemitismo, na medida em que financiaram o surgimento dos impérios do século XIX. Esta tese polêmica alimentará tantas outras polêmicas na vida pessoal e intelectual de Hannah Arendt, como se pode ver no caso Eichmann e no filme *Hannah Arendt – Ideias que chocaram o mundo* (de Margarethe von Trotta, 2012), que retrata este momento da vida da filósofa, seja em Israel, seja nos Estados Unidos.

O totalitarismo é movimento de massificação social. Trata, segundo Anne Amiel (2007 : 78) de imunizar o indivíduo contra a realidade, contra a experiência, de modo que os totalitaristas acreditam que *tudo é possível*. Daí a famosa frase de Arendt: *O objetivo da educação totalitária nunca foi inculcar convicções, mas destruir a capacidade de formar alguma.* (ARENDT, 1989 : 520).

A CONDIÇÃO HUMANA

Esta obra de 1958 pode ser seguida por suas três partes fundamentais: labor, trabalho e ação. Estas são, na verdade, as condições de vida do homem moderno na sociedade. Trata-se de centrar a consideração do homem no seu aspecto de ser em ação, caracterizando assim os três tipos fundamentais de ação humana (ou desumana). O labor é a atividade mais primitiva do homem, ou seja, o labor é aquela ação humana que se restringe às atividades de sobrevivência. É a atividade que não deixa rastros, é de consumo, sem algum sinal do homem propriamente. Pelo labor, nós consumimos o mundo: *A necessidade de subsistência comanda tanto o labor como o consumo; e o labor, quando incorpora, “reúne” e mistura-se fisicamente às coisas fornecidas pela natureza (...).* (ARENDT, 2007 : 111).

Ao contrário, o trabalho consiste em criar um mundo, pode-se considerar que o trabalho gera uma obra do homem pela qual seu agir se torna visível: *O trabalho de nossas mãos, em contraposição ao labor do nosso corpo – o “homo faber” que “faz” e literalmente “trabalha sobre” os materiais, em oposição ao “animal laborans” que labora e “se mistura com” eles – fabrica a infinita variedade de coisas cuja soma total constitui o artifício humano.* (ARENDT, 2007 : 149).

Todavia o trabalho não é ainda aquilo que humaniza o homem. A humanidade manifesta-se em sua ação: *A pluralidade humana, condição básica da ação e do discurso, tem o duplo aspecto da igualdade e diferença. Se não fossem iguais, os homens seriam incapazes de compreender-se entre si e aos seus antepassados, ou de fazer planos para o futuro e prever as necessidades das gerações vindouras. Se não fossem diferentes, se cada ser humano não diferisse de todos os que existiram, existem ou virão a existir, os homens não precisariam do discurso ou da ação para se fazerem entender.* (ARENDT, 2007 : 188).

A ação tem o teor da práxis aristó-

télica, pertence à vida pública, é uma forma de o homem nascer em sociedade, de manifestar-se humano. É uma experiência do ser e, ao mesmo tempo, não se reduz à produção despersonalizada e massificada do trabalho. É a presença do homem no mundo: *Com a expressão “vita ativa”, pretendo designar três atividades humanas fundamentais: labor, trabalho e ação. (...) O labor é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano (...). A condição humana do labor é a própria vida. O trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana (...). O trabalho produz um mundo “artificial” de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. A condição humana do trabalho é a mundanidade. A ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens – e não o Homem – vivem na Terra e habitam o mundo. Todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política; mas esta pluralidade é especificamente “a” condição (...) de toda a vida política.* (ARENDT, 2007 : 15).

A VIDA DO ESPÍRITO

Em *A Vida do Espírito*, de 1978, obra incompleta e publicada postumamente, Hannah Arendt concentra-se nestas três habilidades do homem: o pensar, o querer e o julgar. O pensar é o que dá sentido à vida humana: *Uma vida sem pensamento é totalmente possível, mas ela fracassa em fazer desabrochar sua própria essência – ela não é apenas sem sentido; ela não é totalmente viva. Homens que não pensam são como sonâmbulos.* (ARENDT, 1993 : 143).

A vontade como faculdade do querer e da liberdade, frequentemente em conflito com o intelecto na História do pensamento ocidental, merece aqui uma consideração especial, dado que é onde se pode inserir o problema do mal. Em algum lugar, Hannah Arendt dirá: *Quanto*

mais superficial alguém for, mais provável será que ele ceda ao mal. Uma indicação de tal superficialidade é o uso de clichês. Na verdade, o que se defende é que os possíveis e prováveis conflitos entre o intelecto e a vontade, o pensar e o querer, se devem resolver pela faculdade de julgar.

Kant distinguira em sua *Crítica do Juízo*, entre o juízo determinante e o juízo reflexivo. O primeiro estaria na ordem do conhecimento científico, no qual se deve enquadrar um indivíduo numa lei universal; o segundo é aquele tipo de juízo que se dá sobretudo nas belas artes, em que se descobre uma lei universal na experiência particular. Esta distinção primorosa do filósofo alemão permite que Hannah Arendt revele o aspecto mais profundo do pensamento humano. É com esta mesma distinção que ela poderá elaborar sua reflexão do caso Eichmann.

O pensamento reflexivo é o pensamento em profundidade, quem se recusa a ele torna-se superficial, banal, cumpridor de regras burocráticas. Por isso, é preciso formar as consciências no sentido crítico, no sentido de tomarem posse de sua capacidade reflexiva: *Pensar e lembrar (...) é o modo de deitar raízes, de cada um tomar o seu lugar no mundo a que todos chegamos como estranhos. O que em geral chamamos de uma pessoa ou uma personalidade, distinta de um mero ser humano ou de um ninguém, nasce realmente desse processo de pensamento que deita raízes.* (ARENDT, 2004 : 166). Esta tarefa permite que aquilo que é importante para a condição humana não se banalize num processo político de massificação e de perda de identidades. Trata-se, como se disse, de uma nova natalidade, o nascimento para o humano, para a vida pública: *O milagre que sempre está interrompendo o percurso do mundo e o andamento das coisas humanas e os salva da ruína, que nele se situa como germe e determina como “lei” seu movimento, é finalmente o fato da natalidade, o ser-nascido, que é o pressuposto ontológico para que, em*

princípio, possa haver algo como ação. (ARENDT *apud* ALMEIDA, 2013 : 234).

Nas três obras brevemente percorridas aqui, vê-se uma evolução no pensamento, a passagem de uma consideração mais negativa do homem para certo otimismo político que se baseie na capacidade do homem pensar reflexivamente, pensamento que aqui e acolá se mostram como o verdadeiro milagre da vida humana ■

BIBLIOGRAFIA:

- ALMEIDA, Vanessa Sievers de. Natalidade e educação: reflexões sobre o milagre do novo na obra de Hannah Arendt. In: *Pro-Posições* | v. 24, n. 2 (71) | p. 221-237 | maio/ago. 2013.
- AMIEL, Anne. *Le vocabulaire de Hannah Arendt*. Paris: Ellipses, 2007.
- ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- . *A vida do espírito*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.
- . *Responsabilidade e julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- . *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense, 2007.



Hannah Arendt (1906-1975) foi uma filósofa política alemã, de origem judaica. A privação de direitos e perseguição de judeus ocorrida na Alemanha, a partir de 1933, assim como o seu breve encarceramento nesse mesmo ano, fizeram-na decidir emigrar para os EUA, onde conseguiu nacionalidade norte-americana em 1951. Trabalhou, entre outras atividades, como jornalista e professora universitária, e publicou obras importantes sobre filosofia política. Arendt defendia um conceito de pluralismo no âmbito político. Graças ao pluralismo, o potencial de uma liberdade e igualdade política seria gerado entre as pessoas. Graças ao seu pensamento independente, seus trabalhos sobre filosofia existencial e sua reivindicação da discussão política livre, Arendt tem um papel central nos debates contemporâneos.



PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

*Do livro Tons de Verde
A sustentabilidade da Agricultura no Brasil*

COMPARATIVO COM OS EUA

A Embrapa Territorial elaborou recentemente uma comparação entre o Brasil e os Estados Unidos sobre o uso e a ocupação das terras, com ênfase na manutenção da vegetação nativa. Para tanto, foram compatibilizadas até onde possível, em bases relativamente homogêneas, as categorias de uso e ocupação empregadas pelos órgãos responsáveis por tais estudos, em ambos os países.

A situação de atribuição, uso e ocupação das terras em cada um dos dois países é muito diferente, por razões históricas, sociais e econômicas. Na utilização das terras do Brasil, a fatia dedicada às diversas formas de exploração é sempre inferior à dos EUA. Aqui, a parcela dedicada aos diversos usos agropecuários das terras é de 30,2% do território nacional, enquanto, lá, é de 74,3%.

Já em termos de áreas dedicadas à proteção e preservação da vegetação nativa, a fração no Brasil é sempre superior à dos EUA, em que pese a tradição conservacionista daquele país e seu pioneirismo em algumas dimensões do tema. No total, os EUA dedicam 19,9% do território à preservação e proteção da vegetação nativa – incluindo o Alasca – e o Brasil, 66,3%¹. Isso sem avaliar a questão qualitativa de áreas protegidas. Ela também é muito diferente em cada país, com mais desertos e regiões geladas nos

EUA e mais florestas e matas no Brasil. São tons de verdes incomparáveis.

COMPARATIVO COM O MUNDO

E qual a dimensão das áreas cultivadas nos diferentes países do mundo? Dados sobre esse tema dependiam essencialmente de estatísticas de cada nação, nem sempre seguindo a mesma metodologia e raramente com expressão cartográfica. Entretanto um trabalho recente da agência espacial norte-americana (Nasa) e do Serviço Geológico dos Estados Unidos (USGS) mudou essa situação. Em novembro de 2017, tais órgãos publicaram um amplo estudo com o mapeamento e o cálculo das áreas cultivadas do planeta, baseado primariamente no monitoramento realizado pelo satélite Landsat 8².

A Terra foi vasculhada com um detalhe de 30 metros, durante dois anos, por pesquisadores do *Global Food Security Analysis – Support Data at 30 meters (GFSAD30)*³. O projeto buscava trazer subsídios sobre a segurança alimentar no planeta. Foram medidas: a extensão dos cultivos; as áreas irrigadas e de sequeiro; a intensificação no uso das terras com duas, três safras e até com cultivo contínuo, além de diversos outros aspectos de qualificação das culturas. Essas áreas foram separadas daquelas com vegetação nativa (de campos a florestas). Não entraram no cálculo áreas de exploração

e plantio florestal e de reflorestamento. Apenas lavouras.

Segundo o estudo, o mundo tem 1,87 bilhões de hectares de lavouras. Como a população mundial chegou a 7,6 bilhões em 2017, cada hectare, em média, estaria alimentando quatro pessoas. Na realidade, a produtividade por hectare varia muito em função de solos, climas, tecnologias empregadas e do tipo e da qualidade dos cultivos produzidos. Disso decorrem grandes diferenças no desempenho agrícola dos países.

As maiores extensões cultivadas estão na Índia (179,8 milhões de hectares), Estados Unidos (167,8 milhões de hectares), China (165,2 milhões de hectares) e Rússia (155,8 milhões de hectares). Juntos, os quatro países totalizam 36% da área cultivada do planeta. O Brasil ocupa o 5º lugar, seguido por Canadá, Argentina, Indonésia, Austrália e México. As áreas desses países representam as seguintes porcentagens do total cultivado no planeta: Índia, 9,6%; EUA, 8,96%; China, 8,82%; Rússia, 8,32%; Brasil, 3,42%, num total de quase 40% de terras cultivadas.

Em termos continentais, a Ásia reúne a maior porção de área cultivada do planeta, com 617 milhões de hectares, ou 33% do total. A Europa, incluindo a Rússia, reúne 25,5% da área cultivada do mundo, algo como 478 milhões de hectares. A Eurásia representa mais da metade das áreas cultivadas. Em outras palavras, Europa e Ásia

(sobretudo o sudeste asiático) são as capitais da agricultura no planeta. A América do Sul, com 152 milhões de hectares (8,1% do total), ocupa a penúltima posição, seguida apenas por Oceania (sobretudo Austrália), que soma 44 milhões de hectares (2,3% do total cultivado).

O trabalho dos pesquisadores americanos interessa ao Brasil por duas razões. Em primeiro lugar, em 2016, a Embrapa Territorial calculou a área cultivada do país em 65.913.738 hectares (7,8%), resultado apresentado no capítulo anterior. A Nasa calculou a área de lavouras do Brasil em 63.994.479 hectares (7,6%). A diferença foi de apenas 0,2%, sendo a medida da Nasa a mais conservadora.

A pouca diferença é normal. Por exemplo, os números da Nasa sobre as áreas ocupadas pelas lavouras norte-americanas (18,3% do país) também apresentam pequenas diferenças em relação aos dados oficiais do USDA, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (17,4% do país).

Em segundo lugar, o trabalho da Nasa interessa ao Brasil por apresentar alguns dados comparativos entre o uso agrícola dos países que merecem destaque. Para começar, os métodos empregados pela Nasa e pelo USGS foram homogêneos em todo o planeta, e isso garante as comparações.

O Brasil protege e preserva a vegetação nativa em mais de 66% do território. E cultiva 7,6% das terras. A Dinamarca cultiva 76,8%; Irlanda, 74,7%; Países Baixos, 66,2%; Reino Unido, 63,9%; e Alemanha, 56,9%. E a Europa por aí vai, com mais da metade das terras dedicadas à agropecuária.

As áreas cultivadas *versus* a população variam da ordem de 0,01 hectare/habitante em países como Arábia Saudita, Peru, Japão, Coreia do Sul e Mauritània até mais de três hectares/habitante no Canadá, Península Ibérica, Rússia e Austrália, por exemplo. O Brasil tem uma pequena área cultivada para uma grande população: apenas 0,3 ha/hab. O país está na faixa

entre 0,26 ha/hab a 0,50 ha/hab, onde também se situam Mongólia, Irã, Suécia, Finlândia, África do Sul, Chile, Laos, Níger, Chade e México, dentre outros.

Em resumo, os europeus desmataram e exploram intensamente o seu território. A Europa, sem a Rússia, detinha mais de 7% das florestas originais do planeta. Hoje, possui apenas 0,1%. A soma da área cultivada da França (31.795.512 hectares) com a da Espanha (31.786.945 hectares) equivale à área cultivada no Brasil (63.994.709 hectares)! O Brasil cultiva tanta terra quanto Espanha e França juntas⁴.

A maior parte dos países utiliza de 20% a 30% do território com agricultura. Os membros da União Europeia usam entre 45% e 65%; Estados Unidos, 18,3%; China, 17,7%; e Índia, 60,5%. Os agricultores brasileiros cultivam apenas 7,6% do país, com muita tecnologia tropical e profissionalismo. E isso já faz do Brasil uma potência mundial do agronegócio.

A Embrapa Territorial, com essas bases de dados sobre atribuição, uso e ocupação das terras, pode comparar o quanto os grandes países, com mais de 2,5 milhões de quilômetros quadrados, protegem e o quanto cultivam do próprio território. Em que pese ser o que mais protege o território, o Brasil é também, em termos relativos, o que menos utiliza e cultiva terras. Na média, os países citados cultivam 17,4% do próprio território e protegem 10,9%. Em números absolutos de porcentagem territorial cultivada, o Brasil só perde para Canadá e Austrália. Ambos cultivam menos de 5% de seus territórios por terem amplas áreas inaptas para a agricultura, essencialmente por razões ambientais (clima ártico, subártico e desértico).

Como seria o Brasil se a área total de cultivo fosse três vezes maior, correspondendo a 21% do território nacional, como se verifica no restante do mundo? Haveria menos matas, menos conexões entre áreas protegidas, menos *habitat* para a fauna silvestre? Não, nem isso ocorreria se o crescimento das lavouras se desse

essencialmente sobre as pastagens (como vem acontecendo, por exemplo, na implantação de sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta – ILPF). Na realidade, atualmente, 21% do território nacional é o percentual correspondente à vegetação nativa preservada pelos agricultores no interior dos imóveis rurais!

A consideração anterior introduz o próximo capítulo deste livro, focado na face menos compreendida (popularmente) da sustentabilidade da agricultura brasileira: os sistemas de produção vegetal e criação animal empregados nas áreas exploradas dos imóveis rurais não crescem sobre áreas desmatadas, não dependem da expansão das áreas de uso. Os sistemas produtivos sustentáveis no Brasil resultam do emprego de tecnologias e inovações próprias à agricultura tropical, desenvolvidas pela pesquisa agropecuária pública – organizada no país desde o século XIX – e privada.

As inovações, focadas na sustentabilidade, no uso durável e adequado dos recursos naturais, resultam de uma ampla interação entre o setor industrial e a agricultura. Não são o apanágio de um tipo ou categoria de agricultor, mas estão presentes em todos os biomas do Brasil e em diversos contextos socioeconômicos dos produtores rurais. E contribuem também para os múltiplos tons de verde da agricultura no Brasil ■

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:

1 MIRANDA, Evaristo E. de. Vegetação protegida. Portal DBO, 04/10/2017. Disponível em: <<http://www.portaldbo.com.br/Agro-DBO/Chamadas/Vegetacao-protegida/22491>>. Acesso em out. 2017.

2 USGS. New Map of worldwide croplands supports food and water security. U.S. Geological Survey. Disponível em: <<https://www.usgs.gov/news/new-map-worldwide-croplands-supports-food-and-water-security>>. Acesso em fev. 2017.

3 USGS. Global Food Security-Support Analysis Data at 30m (GFSAD30). U.S. Geological Survey. Disponível em: <<https://geography.wr.usgs.gov/science/croplands/index.html>>. Acesso em fev. 2017.

4 MIRANDA, Evaristo E. de. O Menino Jesus e o IBGE, a Nasa e a Embrapa. Estadão. Opinião, 22/12/2017. Disponível em: <<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,o-menino-jesus-e-o-ibge-a-nasa-e-a-embrapa,70002129295>>. Acesso em dez. 2017.



Gustavo Borges

Cel Av

In memoriam

A Intentona de 1935

O levante ou *intentona* (intento louco ou plano insensato) nasceu das tratativas de Luís Carlos Prestes (LCP) com os megalômanos elementos do KGB e do *Komintern*, na União Soviética. Todo seu desenvolvimento conspiratório, político, imperialista (tomada do Brasil pela URSS por mercenários) está minuciosamente narrado e documentado no livro *Camaradas*, do grande jornalista William Waack. O sustentáculo desse livro é a fantástica pesquisa nos arquivos do KGB realizada (após a Glasnost) pelo jornalista, em Moscou e no Brasil. Para as ações militares aqui ocorridas, considero mais veraz, verossímil e completo o relato do Brig Nelson F. L. Wanderley em seu magnífico livro *História da Força Aérea Brasileira*, p. 176 a 179. Ambas as obras são documentos de consulta obrigatória por historiador desejando os detalhes autênticos

do emblemático exemplo da burrice e da canalhice do *homo sapiens* vermelho. A seguir, breve resumo das duas citadas fontes, fundidas com as histórias a mim narradas pelo meu tio Mal do Ar Francisco Assis de Oliveira Borges, participante da retomada da Escola de Aviação.

Ignorando o fracasso na Alemanha e a lentidão na China, o Kremlin decidiu, em 1934, conquistar o Brasil. Para preparar o movimento, o *Komintern* enviou o agitador internacional Arthur Ernest Ewert (Harry Berger), liderando um grupo de especialistas (civis ou militares?) listados em (2) (c) – Civis estrangeiros.

Em 1935, os comunistas sentiram crescente oposição a suas atividades de propaganda e agitação. A 11 de julho, o governo (Vargas) decretou o fechamento da Aliança Nacional Libertadora (ANL),

disfarce do KGB, e a dissolução da União Feminina do Brasil e da Aliança por Pão, Terra e Liberdade. A polícia agia com energia, efetuando prisões que abalaram o movimento. O *Komintern* exigia ação: decide acelerar e pressiona Prestes (LCP).

Iludida pelas notícias mentirosas dos comunistas brasileiros, Moscou manda Prestes dar início ao ataque às capitais estaduais. Sem um mínimo de sincronismo ou de coordenação, em Natal (RN), em 23 de novembro, a Prefeitura e o 21º Batalhão de Caçadores são conquistados e os comunistas assumem o poder durante três dias. No Recife (PE), com atraso de 24 horas, é tomada uma parte do 29º Batalhão de Caçadores, durante dois dias. No Rio, somente em 27 de novembro é tomado o 3º Regimento de Infantaria (Praia Vermelha), com numerosos assassinatos, sendo

atacadas a Escola de Aviação Militar (no canto oeste) e a guarnição do 1º Regimento de Aviação (no canto sudeste), no Campo dos Afonsos*. A oficialidade da Escola de Aviação reagiu e, ajudada por outras armas do Exército, impediu sua queda; o 1º Regimento de Aviação, idem, com Eduardo Gomes à frente, apesar de ter a mão varada por bala de fuzil. O 3º Regimento de Infantaria foi arrasado pela artilharia do Exército (1º Grupo de Obuses), vindo de São Cristóvão, sob comando do Gen Eurico G. Dutra, comandante da 1ª RM.

LCP confessa ter assinado a ordem (Prestes, p. 96) de levante, no Rio, na noite de 26 para 27 de novembro: *A grande derrota (...) foi a inexistência de participação popular. Não houve nenhuma greve operária. O movimento (...) fracassou (sic)*. Nem os três grupos conseguiram se entender via cabo submarino (Western).

No Rio, na manhã de 24 de novembro de 1935, foi publicado manifesto de Prestes em que ele dizia: *O Comitê Revolucionário, sob minha direção (...) decide que todas as forças da Revolução estejam prontas para lutar pelas liberdades populares (sic) e dar o golpe definitivo no governo de traição nacional de Getúlio Vargas (...)*.

Getúlio não era nenhuma vestal, mas acusá-lo de *traição nacional* continha certo exagero. E o que seriam *liberdades populares*? Era o eterno jogo de palavras bonitas para significar o oposto: a *não-liberdade popular* imposta por ínfima minoria fácil de dimensionar pelos resultados das sucessivas eleições.

As três ações militares – Natal, Recife e Rio – foram marcadas por saques, atrocidades, crueldades e métodos traiçoeiros dos comunistas: mataram vários oficiais e sargentos enquanto dormiam, pelas costas, na calada da noite. Em suma, *todos os meios eram bons e lícitos*.

Na madrugada (mais ou menos 00h) de 27 de novembro de 1935, o Cap Agildo da Gama Barata Ribeiro e o Ten Francisco Antonio Leivas Otero comandaram a matança na Praia Vermelha (3º RI). Os capitães Sócrates Gonçalves da Silva e Agliberto Vieira de Azevedo, e os tenentes Ivan Ramos Ribeiro e Benedito Carvalho, somente duas

horas mais tarde, mataram vários colegas à traição e a sangue frio no Campo dos Afonsos (Escola de Aviação Militar), mas foram cercados e presos. O *manifesto* de Prestes não deixa dúvida quanto ao *mandante* dos crimes, porém foi o Cap Agliberto que matou o Ten Benedito Lopes Bragança, já preso e desarmado. Às três horas de 27 de novembro, o 1º Regimento de Aviação resistiu sob o comando do então Ten Cel Eduardo Gomes, e os revoltosos foram repelidos, em todo o Campo dos Afonsos, pelo Regimento Andrade Neves, sob o comando do Gen José Joaquim de Andrada.

Na Praia Vermelha (onde ficava o 3º RI) e no Campo dos Afonsos morreram assassinados, por não aderirem aos comunistas, 30 militares do Exército. No Nordeste, morreram um soldado da PM-RN (Natal) e um soldado PM-PE (Recife), totalizando 32 soldados do Exército e das PM.

Um dos praças do 3º RI foi encontrado de bruços, na cama, atravessado por uma baioneta, com tal violência que a lâmina varou o colchão e se cravou no assoalho. Há fotografia da cena.

PARTICIPANTES PRINCIPAIS

Os assassinados nos três focos do levante foram:

Ten Cel Misael de Mendonça
Maj João Ribeiro Pinheiro
Maj Armando de Souza Mello
Cap Benedito Lopes Bragança
Cap Danilo Paladini
Cap Geraldo de Oliveira



1º Ten José Sampaio Xavier
2º Ten Res Lauro Leão de Santa Rosa (convocado)
2º Sgt Jaime Pantaleão de Moraes
2º Sgt José Bernardo Rosa
3º Sgt Coriolano Ferreira Santiago
3º Sgt Abdiel Ribeiro dos Santos
3º Sgt Gregório Soares
1º Cabo Luiz Augusto Pereira
1º Cabo Carlos Botelho
2º Cabo Alberto Bernardino de Aragão
2º Cabo Pedro Maria Netto
2º Cabo Fidelis Baptista de Aguiar
2º Cabo José Harmito de Sá
2º Cabo Clodoaldo Ursulano
2º Cabo Manuel Biré de Agrella





*Tropas governamentais
no pátio do Quartel General
se preparam para entrar
no 3º Regimento de Infantaria,
Praia Vermelha, Rio de Janeiro*

2º Cabo Francisco Alves da Rocha
2º Cabo Wilson França
2º Cabo Péricles Leal Bezerra
2º Cabo Orlando Henriques
2º Cabo José Menezes Filho
2º Cabo Manoel Alves da Silva
Sd Ex João de Deus Araújo
Sd Ex Álvaro de Souza Pereira
Sd Ex Genaro Pedro Lima
Sd PM/RN Luiz Gonzaga de Souza
Sd PM/PE Lino Victor dos Santos

Em memória desses patriotas, foi erigido monumento na Praça Gen Tibúrcio (Praia Vermelha), ao lado do atual Instituto Militar de Engenharia (IME), no terreno onde ficava o 3º RI.

Os principais mercenários nos três focos foram:

Militares (expulsos):

Cap Luiz Carlos Prestes
Maj Carlos Costa Leite
Cap Ten Hercolino Cascardo
Cap Ten Roberto Faller Sisson
Cap Carlos Amorety Osório
Cap Agildo da Gama Barata Ribeiro
Cap Álvaro Francisco de Souza
Cap José Leite Brasil
Cap Sócrates Gonçalves
Cap Agliberto Vieira de Azevedo
1º Ten David de Medeiros Filho
1º Ten Durval Miguel de Barros

1º Ten Celso Tovar Bicudo de Castro
1º Ten Benedito de Carvalho
2º Ten Francisco Antonio Leivas Otero
2º Ten Antônio Bento Monteiro Tourinho
2º Ten José Gutman
2º Ten Raul Pedroso
2º Ten Ivan Ramos Ribeiro
2º Ten Humberto Baena de Moraes Rego
2º Ten José Gay da Cunha
2º Ten Carlos Branwick França
Ten Dinarco
Asp Of Walter José Benjamim da Silva
3º Sgt Victor Ayres da Cruz

Militares (punidos de outra forma):

- Ten Cel Newton Estilhac Leal
- Cap Tácito Lívio Reis de Freitas
- Cap Henrique Cordeiro Oest
- Ten Candido Manoel Ribeiro

Civis, brasileiros (mais importantes):

Antônio Maciel Bonfim (aliás, Adalberto de Andrade Fernandes, Miranda, Queiroz etc.)
Honório de Freitas Guimarães (assassino de Elza Fernandes)
Lauro Reginaldo da Rocha (aliás, Lauro Reginaldo Teixeira)
Adelino Deycola dos Santos
Dr Silo Furtado Soares de Meirelles
Benjamim Soares Cabello
Dr Francisco Mangabeira
Dr Manoel Venâncio Campos da Paz
Dr Pedro Ernesto Baptista (ex-prefeito do DF)
Moacir Werneck de Castro

Civis, estrangeiros (mais importantes):

Arthur Ewert (aliás, Harry Berger), alemão
Rodolpho Ghioldi, secretário geral do PC argentino
Léon Jules Vallée, belga
Pavel Stuchevski, ucraniano; e esposa Sofia, agentes do Komintern
Elise Saborovski (aliás, Saba), ucraniana, mulher de Ewert
Olga Benário, alemã, agente da GRU (Exército Vermelho)
Amleto Locatelli, italiano (aliás, Bruno?), agente do PCI
Jonny de Graaf, alemão
Victor Allen Baron, americano (operador de rádio)

Os demais implicados, quer os simples executores materiais quer os prestadores de auxílio ou de instruções para a execução dos crimes, se enquadram na categoria de co-réus. Assim constam seus nomes nos autos dos processos arquivados no Tribunal de Segurança Nacional, extinto; além de numerosos outros identificados por William Waack nos arquivos de Moscou, dentre eles Celestino Paraventi, paulista, encarregado de receber e repassar o dinheiro soviético (Waack, p. 113) para Pavel Stuchevski ■

** À época existiam as Aviações Militar ("arma" do Exército) e Naval ("arma" da Marinha). Somente em 1941 essas duas "armas" foram fundidas, formando a Força Aérea Brasileira (FAB)*

VOO A VELA NA ACADEMIA



Eduardo Augusto Montenegro Duque

Cap Av

Instrutor de voo na AFA e Comandante da EVV

eduardque85@gmail.com

O INÍCIO DO VOLOVELISMO NA AFA O MOTOPLANADOR FOURNIER RF5

A fase embrionária do voo a vela na Academia da Força Aérea teve início no final do segundo semestre de 1972. O Presidente da Sociedade Acadêmica do Corpo de Cadetes, Cad do 4º ano Sérgio Petrauskas, ao saber que o Adido Aeronáutico da Tchecoslováquia estava anunciando os planadores Blanik para divulgar a indústria aeronáutica daquele país, decidiu lançar a ideia da criação de um Clube de Voo a Vela na AFA. A justificativa foi propiciar atividade de lazer aos cadetes que permaneciam na Academia nos finais de semana, diante das poucas opções oferecidas pela cidade de Pirassununga. Dessa forma, a ideia foi levada ao Maj Av João Jorge Bertoldo Glaser, Comandante do Corpo de Cadetes, que a acolheu, incumbindo o Cad Petrauskas de redigir

a justificativa que seria encaminhada por meio de ofício ao Gabinete do Ministro da Aeronáutica.

Assim foi feito e já no dia 21 de outubro de 1972 foi criado o Clube de Voo a Vela da Sociedade do Corpo de Cadetes. Em dezembro do mesmo ano, foi adquirido um motoplanador Fournier RF5 que foi trasladado, nos primeiros dias de junho de 1973, pelo Ten Cel Av Fernando César de Oliveira, da CECAFA¹. A chegada ocorreu em um dia normal de atividades, porém no horário do almoço, para que os cadetes pudessem apreciar. Houve uma passagem baixa sobre a pista de grama, tendo como plateia privilegiada os cadetes dos apartamentos voltados para aquele lado, que acorreram às janelas ao ouvirem o som do motor. O Cad Luiz Fernando Gouveia Limeira, também do 4º ano, foi designado coordenador do Clube que ali iniciava a sua história. O Ten Cel Fernando César e o presidente de Sociedade Acadêmica

foram os primeiros a ter instrução no novo equipamento e, depois, ambos se encarregaram de transmitir o treinamento aos demais desse grupo inicial. A partir daí, foi iniciada a instrução dos cadetes que desejassem desfrutar as delícias do voo a vela e, como o Clube se destinava ao lazer dos cadetes, a participação dos oficiais na operação era proibida.

No segundo semestre de 1973 a operação do Fournier foi bem intensa, ocorrendo nos finais de semana e feriados. Uma dupla de instrutores era escalada diariamente para, após a educação física, realizar um voo de manutenção da proficiência, já que nos dias de operação somente voavam na função de instrutores. A rotina dos dias de voo consistia da retirada do avião do hangar após o horário do café da manhã e do deslocamento para a pista de grama, tendo como base de apoio a cobertura do caminhão de contra-incêndio e resgate, que ali permanecia durante todo

DA FORÇA AÉREA



Colaboraram na elaboração deste artigo o Brig Ar Clovis de Athayde Bohrer, Comandante da Academia da Força Aérea à época da inauguração e dos primeiros anos de atividade do CVV da AFA; e o Ten Cel Av Luiz Alberto B.F. de Athayde Bohrer que, quando cadete, participou do início da atividade de Volovelismo na AFA, como instrutor de voo

período. Para cada dia eram escalados os instrutores que ministrariam o voo, sendo um responsável pela coordenação. A escala era feita por ordem de chegada, havendo alguns critérios de prioridade como quem já havia realizado voo anteriormente, quem

já estava apto à realização de voo solo etc.

Os voos para o solo do cadete consistiam da decolagem motorizada, treinamento de manobras *chandele*, *oito preguiçoso*, *parafuso* e *looping* (com e sem motor) e de voo planado com a busca de correntes

térmicas para manter-se no ar o tempo que fosse possível. Ao final, o retorno era feito com pouso com motor para familiarização de reações e atitude e, depois, era realizado tráfego e pouso em voo planado. Já os voos solo eram de trinta minutos, sendo que, no

Almoço de confraternização. Da esquerda para a direita: Ten Brig João Teles Camarão Ribeiro - Comandante Geral do Pessoal, Brig Clóvis de Athayde Bohrer, Ministro Araripe Macedo e Ten Brig Deoclécio Lima da Siqueira



caso de o cadete encontrar condições favoráveis, poderia permanecer em voo planado por até sessenta minutos e regressar, sem o uso do motor, ao tráfego de planadores. No final do ano, os voos se destinaram ao preparo dos cadetes da turma seguinte, os próximos instrutores em 1974.

Como existia apenas uma aeronave, sua utilização era bastante intensa, fato que concorreu para que operasse durante pouco tempo. Com apenas dois anos ela teve de ser recolhida ao Parque de Aeronáutica de São Paulo para revisão geral. Nessa ocasião já era consenso no âmbito da Força Aérea Brasileira que o motoplanador não era o tipo de aeronave mais indicado para o voo a vela dos cadetes, particularmente por não assegurar aos seus usuários um pleno treinamento para a atividade, pois não permitia uma das mais importantes e típicas manobras do volovelismo: a decolagem mediante reboque. Assim, em 1975, o Ministro da Aeronáutica, Ten Brig Ar Joelmir Campos de Araripe Macedo, decidiu que a AFA receberia, em futuro próximo, os planadores a serem definidos, bem como os respectivos rebocadores, os quais viriam equipar um órgão que, sob a supervisão direta dos setores competentes da AFA, se incumbiria de proporcionar não apenas atividade de lazer aos cadetes, como, também, seria utilizado como complemento à atividade aérea estabelecida para o respectivo curso.

OS PRIMEIROS ANOS DO CLUBE DE VOO A VELA DA AFA

Assim, considerando o critério mencionado e após a análise de diversas opções, foram adquiridos dez planadores Blanik fabricados na Tchecoslováquia pela empresa LET Kunovice. Para operar como rebocador, a aeronave escolhida foi o EMB 201 Ipanema, fabricada pela Embraer, e que, na época, era utilizada apenas como aeronave agrícola. Seriam adquiridas duas aeronaves que, ainda na fábrica, receberiam a indispensável adaptação para seu novo uso. Posteriormente, atendendo justificáveis ponderações do Comandante



Foto que oficializou a criação do Clube de Voo a Vela em 1973. Da esquerda para a direita: Cadete Couto - líder do Corpo de Cadetes; Cadete Petruskas - Presidente da Sociedade Acadêmica; Brig Ar Pavan - Comandante da AFA e Cadete Gouveia - 1º Presidente do CVV

da Academia da Força Aérea, o Ministro da Aeronáutica autorizou a aquisição do terceiro Ipanema.

Tomada a decisão pelo Ministério da Aeronáutica, coube à Academia da Força Aérea adotar todas as providências para que, ainda em 1976, pudessem ter início as atividades do Clube. Em meados do mesmo ano, com as datas de entrega dos planadores e dos rebocadores definidas, a AFA deu início aos preparativos para o recebimento e funcionamento do novo órgão, que se denominaria Clube de Voo a Vela da Academia da Força Aérea e cujas atividades seriam coordenadas e supervisionadas por um oficial superior designado pelo comando da Academia.

Em sequência, foi definida uma série de providências visando à operação do novel Clube, dentre as quais podem ser citadas:

- designação do oficial coordenador/supervisor;
- definição da estrutura do Clube;
- fixação do efetivo de mecânicos que integrariam a equipe responsável pela manutenção do equipamento de voo – planadores e rebocadores;
- elaboração dos manuais de operações e de manutenção;
- estabelecimento de áreas de operação dos planadores;

- estabelecimento de convênio com Clube de Voo a Vela a ser definido, para a formação inicial de pilotos e de instrutores de planador, os quais, inicialmente, seriam oficiais incumbidos de habilitar cadetes selecionados para essas funções;

- montagem de um curso para o pessoal da manutenção dos planadores e dos rebocadores;

- criação do uniforme do Clube, bem como seu emblema, distintivo e respectivo lema.

Definidas as providências a serem tomadas e o tempo indispensável à sua concretização, foi ouvido o Gabinete do Ministro da Aeronáutica e marcada a data da inauguração: 12 de novembro de 1976. Os uniformes, o distintivo e o emblema ficaram a cargo de uma comissão sob a chefia do coordenador/supervisor, que contou com elementos por ele escolhidos, inclusive cadetes. O lema foi objeto de um concurso interno realizado entre os cadetes, tendo sido escolhido o que está, desde então, em vigor: *VOAR PELO PRAZER DE VOAR*. Para a formação inicial de pilotos e instrutores foi feito um convênio entre a AFA e o Clube de Voo a Vela de Bauru, entidade que, na época, era considerada modelo de Clube de Voo a Vela no país.

Concluídas as providências indis-

pensáveis ao início das suas operações, teve lugar, no dia estabelecido, 12 de novembro de 1976, a inauguração do Clube de Voo a Vela da Academia da Força Aérea. A solenidade foi presidida pelo ministro da Aeronáutica, Ten Brig Ar Joelmir Campos de Araripe Macedo e contou com a presença de inúmeros convidados, destacando-se vários oficiais gerais: Ten Brig Ar Deoclécio Lima de Siqueira, Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, Ten Brig Ar João Telles Camarão Ribeiro, Comandante Geral do Pessoal, Ten Brig Ar Silvio Gomes Pires, Diretor Geral do Departamento de Aviação Civil, Maj Brig Ar Clovis Pavan, Comandante do IV COMAR, e Maj Brig Ar Pedro Frazão de Medeiros Lima, Diretor do Centro Técnico Espacial, além do Presidente da Associação Brasileira de Voo a Vela e representantes dos Clubes de Voo a Vela de Bauru, São José dos Campos, Nova Iguaçu e Jundiá. Houve formatura do Corpo de Cadetes seguida de um desfile durante o qual foram usados, pela primeira vez, os novos uniformes do Clube, os quais foram aprovados naquele dia em boletim interno da Academia.

Em sequência, houve uma exposição dos planadores e voos panorâmicos nas novas aeronaves com alguns oficiais gerais da Força Aérea, tendo o voo inaugural sido realizado pelo Ministro da Aeronáutica, Ten

Brig Ar Araripe, em planador comandado pelo Maj Av Padilha, oficial coordenador/supervisor do Clube. Ao encerrar a programação, foi realizado um almoço de confraternização, reunindo cadetes e convidados no hangar sede do Clube.

No âmbito do Clube, em face do planejamento elaborado, que estabelecia que a partir do início do ano letivo de 1977 a instrução em planador seria ministrada unicamente por cadetes, o período decorrido entre sua inauguração e o término do ano letivo foi aproveitado, prioritariamente, para a seleção e a formação dos cadetes instrutores.

Visando ao estabelecimento de uma política de convivência com os clubes congêneres e ao intercâmbio de experiências que seriam extremamente úteis ao Clube de Voo a Vela da AFA, o Comandante da Academia, Brig Ar Clovis de Athayde Bohrer, devidamente autorizado pelo ministro da Aeronáutica, ofereceu as instalações da AFA para a realização do 19º Campeonato Brasileiro de Voo a Vela, que teria lugar no mês de janeiro de 1977. A competição foi organizada pela Associação Brasileira de Voo a Vela e levada a termo no período de 22 a 29 de janeiro de 1977.

Mesmo não contando com condições climáticas ideais, o campeonato foi um sucesso, tendo a AFA colhido extraordinários ensinamentos com sua realização. Ao final, a Academia foi distinguida pelo Diretor Geral do Departamento de Aviação Civil com honrosa correspondência dirigida ao Comandante Geral do Pessoal com elogiosas referências à Organização pelo trabalho desenvolvido durante o evento. Deve ser registrado que, no último dia da competição, o Comandante da Academia, Brig Ar Clovis de Athayde Bohrer, tornou-se o primeiro volovelista oficial general da FAB, já que além de solar um planador conseguiu, numa feliz oportunidade, o brevê C, isto é, manter-se mais de trinta minutos no ar. Em consequência foi-lhe outorgada, pelo Departamento de Aviação Civil, a Licença de Piloto de Planador nº 1.161.

O reinício das atividades do Clube de

Voo a Vela após as férias escolares ocorreu em fevereiro de 1977, quando teve início o ano letivo, sendo nessa oportunidade incorporados à rotina do Clube os ensinamentos obtidos durante a realização do Campeonato de Voo a Vela.

Paralelamente às atividades que determinaram sua criação e, por isto mesmo, se constituiu no principal objetivo a ser atingido – lazer para os cadetes e complemento à instrução aérea a eles proporcionada, passou o Clube de Voo a Vela a buscar um novo patamar de operacionalidade e eficiência, a fim de que viesse a se situar, na área do volovelismo, no mesmo nível das melhores entidades congêneres, o que viria permitir sua participação, com sucesso, em futuras competições.

Com este objetivo, em um planejamento para médio e longo prazo, passou-se a cogitar da aquisição de planadores de alto rendimento, o que proporcionaria aos cadetes os indispensáveis meios para a ascensão técnica.

A SITUAÇÃO ATUAL ESQUADRILHA DE VOO A VELA DA AFA

Estrutura

Desde sua criação, o foco do Voo a Vela na AFA sempre foi voltado para o cadete e permanece até os dias de hoje. Entretanto a atividade modernizou-se, não apenas nas aeronaves, mas, também, na doutrina e até na estrutura.

Atualmente a Esquadrilha de Voo a Vela conta com seis oficiais supervisores na sua estrutura interna e 110 cadetes. Além desses, diversos outros oficiais participam das atividades voluntariamente, incluindo oficiais da própria AFA e oficiais superiores da reserva com notável experiência em voo a vela. A maioria deles participa como pilotos de planador e opera tanto em sede como, também, nos campeonatos. Desta forma, diferentemente do que ocorria no passado, nos dias de hoje a supervisão dos oficiais passou a ser constante nas atividades do Voo a Vela.



Da esquerda para a direita: Ministro Araripe Macedo, Brig Clóvis de Athayde Bohrer e Ten Brig Silvio Gomes Pires - o então Diretor Geral do DAC



Grandes mudanças ocorreram nos últimos anos no que diz respeito à finalidade do Voo a Vela na AFA. Nos últimos cinco anos ocorreu forte direcionamento para o retorno aos campeonatos nacionais e para a elevação da capacidade operacional dos cadetes, através da formação de cadetes pilotos de competição. A partir de 2014, o Clube de Voo a Vela tomou um grande vulto devido à aquisição de 10 novos planadores, elevando a complexidade de gerenciamento não só dos voos de treinamento, mas, também, da instrução básica.

Duas mudanças significativas ocorreram no momento dessa transição. A primeira foi que o Clube de Voo a Vela deixou de ser subordinado ao Corpo de Cadetes e passou à subordinação da Divisão de Operações Aéreas (DOA), aumentando, assim, a supervisão das suas atividades. A segunda ocorreu com a implementação de uma estrutura similar a de um esquadrão de voo da FAB, com instrutores da AFA trabalhando exclusivamente no Voo a Vela.

Este processo inicial culminou em um marco alcançado em março de 2018: a alteração na denominação de Clube de Voo a Vela (CVV) para Esquadrilha de Voo a Vela (EVV). Com isto, o objetivo de se adotar um elevado profissionalismo no voo de planadores foi fortalecido, tanto por parte dos cadetes quanto por parte dos oficiais

e graduados. Esta profissionalização da atividade tem sido o principal objetivo nos dias atuais, buscando-se aproximá-la, ao máximo, do que ocorre nos Esquadrões de Voo da FAB.

Operacionalidade

Na parte operacional, os voos de instrução são regidos pelo Programa de Instrução e Manutenção Operacional (PIMO), composto por diversas fases. Inicialmente, o cadete realiza o pré-solo, onde aprende a realizar os exercícios básicos e a voar sozinho em horário não térmico. Esta é a principal atividade do Voo a Vela, em que o cadete realiza 20 voos antes de ser autorizado a voar sozinho pela primeira vez. Nesse sentido, é válido ressaltar que nos 43 anos da História do Voo a Vela na AFA, já foram formados 1.620 pilotos. Atualmente, a esquadrilha forma 40 pilotos básicos por ano e voa mais de 2.000 horas.

Na sequência, inicia-se a fase de aperfeiçoamento, ocasião em que o cadete aprende a girar térmicas em segurança e a voar sozinho no horário térmico. Após essas duas fases, o cadete realiza voos de treinamento até completar 45 horas de planador, quando poderá começar a fase de adaptação à nacele traseira e, posteriormente, a de formação de instrutor. Após

ganhar experiência como instrutor e ser homologado chegador, o cadete está apto a iniciar a fase de navegação e se tornar um piloto de competição. Atualmente a Esquadrilha forma 20 instrutores e 10 pilotos de competição por ano.

Devido à capacidade acrobática do TZ-20 DG1000, há um estudo de implantação de acrobacias no PIMO, mas tal fase ainda não é realizada com cadetes. Por enquanto, encontra-se em desenvolvimento apenas com os oficiais.

Aeronaves e Equipamentos

Com relação às aeronaves da Esquadrilha, nota-se grande evolução na capacidade dos planadores durante toda a História do Voo a Vela, principalmente nos últimos anos. Voltando ao passado, introduzido em 1976, o lendário TZ-13 Blanik foi, sem dúvida, o maior formador de pilotos de planador da EVV, tendo sido voado por gerações e gerações de militares da FAB. Após 25 anos de uso e devido ao desgaste do material, no ano de 2000, foram adquiridos quatro TZ-23 Super Blanik para substituí-los e dois Z-33 Blanik Solo para complementar a formação primária. Após oito anos, em 2008, chegaram à AFA os planadores de alta performance: três TZ-17 Duo Discus XL e quatro Z-17 Discus CS, ambos com

computador de bordo embarcado e voltados para missões de navegação. Estes planadores promoveram uma atualização na doutrina e na estrutura da Esquadrilha de Voo a Vela, necessárias não apenas para dar continuidade à instrução básica, mas, também, para passar a desenvolver os voos de navegação.

Uma diferente modernização ocorreu no ano de 2013 quando a EVV recebeu o Guincho Sky Launch 2, equipamento que consegue decolar um planador e desligá-lo a aproximadamente quinhentos metros de altura em menos de um minuto.

A última e maior modernização da História do CVV ocorreu em 2015 com a chegada de dez TZ-20 DG1000, planador de múltiplos tipos de instrução, desde a primária, passando por manobras e acrobacias, até à navegação. Este mesmo planador é usado pela USAF na formação de seus cadetes aviadores e trouxe um grande incremento na quantidade e na qualidade da instrução dos novos pilotos de planadores da FAB.

Além desses dez modernos planadores de instrução básica, a Esquadrilha ainda possui nove planadores de competição: quatro Z-17 Discus CS (monoplace), três TZ-17 Duo Discus XL (biplace), um Z-15 Libelle (monoplace) e um Z-20 ASW-20 (monoplace). Desta forma, a Esquadrilha hoje possui 19 planadores, sendo 10 de instrução básica e nove de competição, além de duas aeronaves rebocadoras EMB-202 Ipanema, totalizando 21 aereo-

naves. A Esquadrilha conta ainda com um Guincho para lançamento de planadores que se encontra em fase de testes e implantação, aguardando a construção de uma pista de grama adequada e o contrato de manutenção.

Vale lembrar que, além do L-13 Blanik, o Voo a Vela já contou com diversos outros planadores, quais sejam: Z-16 Quero-Quero, TZ-14 Nhapacan, motoplanador Super Ximango, TZ-23 Super Blanik e Z-33 Blanik Solo.

Campeonatos

Desde sua criação, a EVV sempre participou de campeonatos organizados pela Federação Brasileira de Voo a Vela, em todo o território nacional. Nestes eventos, coloca-se em prática todo o aprendizado ocorrido nos voos em sede, e promove-se o intercâmbio de conhecimentos com os melhores pilotos do Brasil.

Nos últimos anos, ocorreu um incremento nestas participações. Em 2018, a EVV competiu em Bebedouro (SP) e, em 2019, em Tatuí (SP). Ainda em 2019, a Esquadrilha realizou um deslocamento para a cidade de Araraquara (SP), a fim de realizar treinamento para voos de Navegação. Nestas missões os voos são geradores de grande aprendizado tanto para os cadetes, como para os oficiais.

Além de participar das competições, a EVV também marca presença como principal organizadora de eventos deste tipo. O maior exemplo desse fato é a

Prova AFA. Realizada anualmente desde 1981, faz parte do calendário nacional de volovelismo e tem a participação dos principais pilotos de planador do país. É uma forma de proporcionar aos cadetes volovelistas a oportunidade de aplicarem seus conhecimentos sobre o voo planado, ampliando, assim, sua cultura e experiência aeronáutica, bem como promover o conagração dos cadetes com os demais pilotos de planadores pertencentes ao meio civil.

O Futuro da EVV

No que diz respeito ao futuro do Voo a Vela na AFA, estão sendo realizados estudos no sentido de tornar o Voo a Vela uma atividade curricular para todos os cadetes aviadores. Devido ao baixo custo, à simplicidade de operação e à diversidade de conhecimentos que o Voo a Vela permite trabalhar, algumas Forças Aéreas já utilizam os planadores. Por estes motivos a FAB está estudando a possibilidade de seguir o mesmo caminho.

Em paralelo a estes estudos, encontra-se em fase final de implantação um Simulador de Voo construído por oficiais da reserva entusiastas, apoiados por engenheiros e volovelistas de São José dos Campos. Este equipamento revolucionará todas as instruções que ocorrem no Voo a Vela. Nele será possível treinar emergências, reboque com Guincho, pré-solo, formação de instrutores, acrobacias, navegação e, inclusive, participar de competições *on-line*.

Desta forma, com 21 aeronaves, Guincho, Simulador de Voo e um grupo experiente de oficiais participando das operações, a Esquadrilha de Voo a Vela vive um momento de elevado crescimento operacional, deixando de ser um Clube de Formação Básica e caminhando no sentido de tornar-se um Esquadrão Operacional, realizando diversos tipos de missões com elevado profissionalismo e segurança de voo ■



HISTÓRICO DOS CÓDIGOS

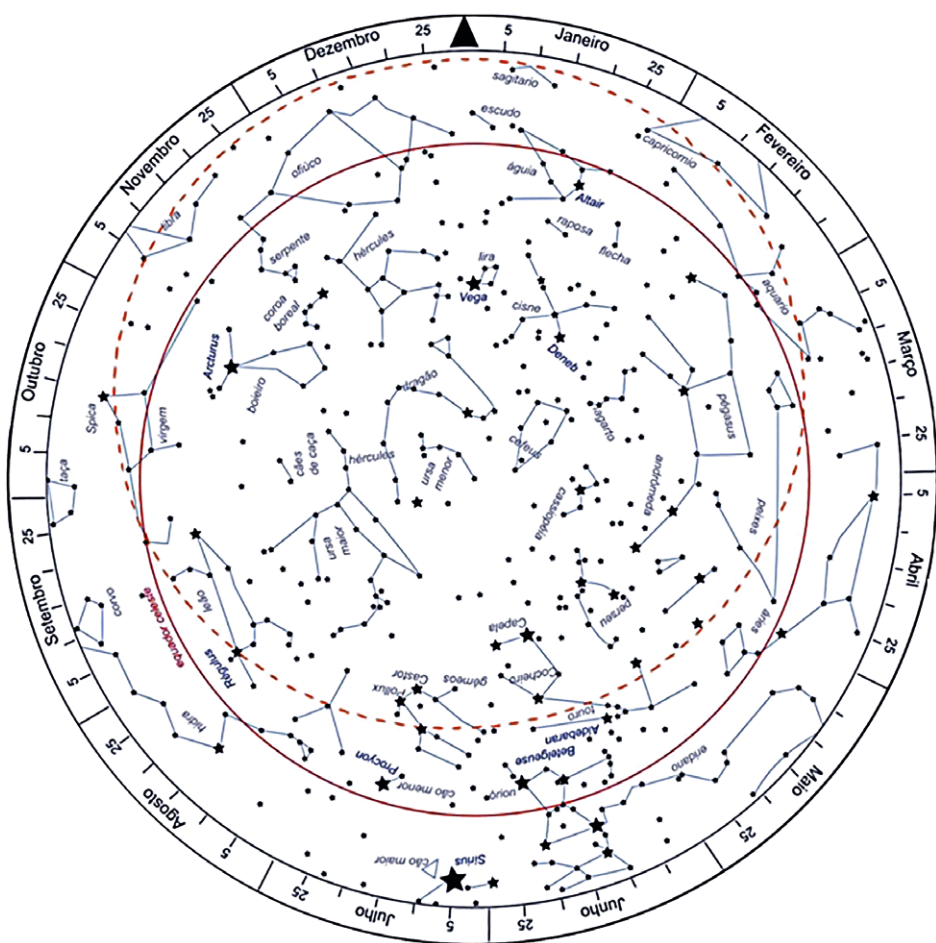


Os códigos utilizados na instrução aérea na Academia remontam ao tempo em que o Maj Av Leônidas Brom Herndl recebeu a incumbência de organizar os estágios de voo – Avançado e por Instrumentos – no Destacamento Precursor da Escola de Aeronáutica, em Pirassununga.

O Maj Leônidas tinha profundo conhecimento de navegação astronômica, adquirido quando servia no Esquadrão de B-17, na Base Aérea do Recife. Navegava pela Via Láctea com maestria: sabia a exata posição das estrelas como se estivessem fixas no céu. Assim, no planejamento da sua missão, teve a feliz ideia de utilizar os nomes das constelações, estrelas e planetas para, simbolicamente, colocar os cadetes do ar em contato com o espaço em que iriam viver, voando o seu possante *North American T-6*.

Naquela fase, embora mais amadurecidos, mais independentes, eram *pequenas estrelas* que ansiavam por voar mais longe e dominar o espaço aéreo, ainda pouco conhecido. Para dar asas a esses sonhos, o Maj Leônidas, com seus alas, em 1964 – primeiro ano de funcionamento da instrução aérea para os cadetes do último ano da Escola de Aeronáutica, em Pirassununga – ao implantar o estágio avançado, constituído em Classes de Voo, assim programou: **Antares** (estrela de primeira grandeza da constelação de Escorpião); **Castor** (uma das duas mais brilhantes estrelas da constelação de Gêmeos – a outra é Pollux); **Sirius** (estrela de primeira grandeza da constelação de Cão Maior); e **Vega** (estrela de primeira grandeza da constelação de Lyra).

Outros setores também foram abrangidos pela criatividade do Maj Leônidas. A torre de controle, por exemplo, recebeu o batismo de **Capella**, a estrela mais brilhante da constelação de Auriga. Por que esse nome? Quem sabe, por ser um



ponto importante e que mereça atenção pelo conforto das instruções e orientações irradiadas, penso eu.

O planeta **Júpiter**, por ser o maior do Sistema Solar, e podendo ser observado a olho nu, inspirou a escolha do nome para o ponto de entrada para o tráfego, que deveria ser de fácil referência visual.

A área de instrução não foi esquecida e, para não haver acúmulo de aeronaves em alguma parte dela, foi dividida em subáreas, com os nomes das constelações: **Peixes, Aquarius, Capricórnio, Gêmeos, Virgem e Taurus**. Para cada uma há referências bem definidas e de fácil localização, o que permite ao instrutor/cadete saber da sua exata posição em relação à Escola. Naquela época, o T-6 era soberano, e havia poucos cadetes. Durante os anos de 1964, 1965 e 1966 funcionou dessa forma.

Em julho de 1967, a *Turma Agora Vai*, matriculada nos Afonsos em 1965, apresentou-se em Pirassununga para ini-

ciar a Instrução Primária no T-21. Exigia-se especial cuidado e atenção: o espaço era desconhecido por seus integrantes. Para protegê-los, só voariam no âmbito das constelações escolhidas para as Classes de Voo: **Leo** (da sua estrela **Regulus** originou-se o código de chamada do **bombeiro** no atendimento às emergências); e **Orion** (guerreiro, lutador, e dessa constelação a estrela **Bellatrix** passou a ser o código de chamada da **ambulância** nas situações de emergência). A seguir: **Aquila** (esta constelação, do Equador Celeste, supostamente representa a águia transportando a juventude); e, finalizando, **Centaurus** (constelação do Hemisfério Celestial Sul e próxima à do Cruzeiro do Sul).

Retornando às áreas de instrução, foi somente após a substituição dos já cansados T-6 e T-21 pelos T-37 e T-23, respectivamente, que elas foram implantadas em sua plenitude. Em consideração às *performances* das novas aeronaves e

UTILIZADOS NA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA

ao aumento da quantidade de cadetes, foi necessário realizar pequenos ajustes. O sucesso da operação em conjunto veio a comprovar a eficácia da solução formulada.

Embora o Maj Leônidas tenha servido pouco tempo em Pira, seu trabalho serviu de inspiração para as gerações futuras, quando outros códigos foram criados, dando continuidade às realizações implantadas com notável profissionalismo, vibração e carinho. Ei-los: **Pegasus**, o veloz corcel alado, uma das maiores constelações, é o código do **helicóptero de alerta SAR**; **Canopus**, a segunda estrela mais brilhante do universo e a principal estrela da constelação de Carina, era o código utilizado pela viatura que possuía os equipamentos necessários para ser usada como uma torre de controle. Atualmente é o **controle solo da Academia**; **Flecha** ou Sagitta, terceira menor constelação, é

o código do **controle radar**. Está situada entre as constelações de Lyra e Aquila, e por elas protegida; **Cometa**, *estrelas com cabeleira*, na definição de Aristóteles, provém da palavra grega *kométese*, é o **código do Esquadrão e dos instrutores de T-27**; **Polaris**, estrela da constelação de Ursa Menor, é a frequência de escuta das aeronaves T-27 **na área de instrução**; **Solar**, relacionada ao Sol, estrela mais próxima da Terra e a de maior brilho, é a **torre de controle** que atende à instrução do T-25; **Saturno**, o segundo maior planeta, é o ponto de **entrada para o tráfego** de T-25; **Vésper**, ou planeta Vênus, é a frequência **usada no táxi** das aeronaves de instrução do T-25; **Apolo**, da constelação de Gêmeos, também conhecido como Castor, é o **código do Esquadrão e dos**

instrutores de T-25; **Linx**, constelação com baixa luminosidade, situada entre as constelações de Gêmeos e Ursa Maior, é a frequência de **recalada**; é **utilizada para as aeronaves que se encontram perdidas**; **Fênix**, da constelação de Phoenix, frequência das aeronaves T-25 **utilizada após a decolagem e ao livrar o tráfego**; e **Argos**, obsoleta constelação, substituída pela constelação de Carina, é a frequência de escuta das aeronaves T-25 **na área de instrução**.

Assim, um pequeno pedaço da imensidão da Via Láctea está montado simbolicamente para atender à instrução aérea em Pirassununga. É nele que os futuros gladiadores do ar se inspiram, treinam e despertam seu espírito guerreiro para os combates que hão de surgir ■

MACTE ANIMO!

GENEROSE PUER, SIC ITUR AD ASTRA

ONTEM

DESTACAMENTO PRECURSOR DA ESCOLA DE AERONÁUTICA

Os Estágios de Voo Avançado e de Voo por Instrumentos não possuíam *bolachas* das Classes de Voo:

Antares - Castor - Sirius - Vega

Os Cadetes usavam as *bolachas* do Estágio Primário:



Aquila



Centaurus



Leo



Orion

HOJE

ACADEMIA DA FORÇA AÉREA

2º ESQUADRÃO DE INSTRUÇÃO AÉREA

Sua *bolacha*, representada pela águia altaneira empunhando o espadim com as palavras *Macte Animo*, simboliza incentivar o espírito dos cadetes nos seus primeiros passos em direção à conquista dos céus.



1º ESQUADRÃO DE INSTRUÇÃO AÉREA

Sua *bolacha*, também representada pela águia altaneira, agora com a espada e as palavras *Ad Astra*, simboliza a exortação para manter o mesmo espírito dos primeiros passos, pois falta pouco para voarem ao lado da Constelação do Cruzeiro do Sul.





A Oração no

Papa Emérito Bento XVI
Joseph Ratzinger

CONSIDERAÇÃO PRÉVIA:

Temos dificuldades em rezar. A oração não se enquadra na nossa imagem do mundo e na nossa compreensão da realidade. O seu sentido e a sua fundamentação interna se tornam problemáticos para nós. Não pertence a uma compreensão mágica e animística da natureza que nós simplesmente não podemos mais admitir? Isso nos parece mais evidente em relação àquelas orações que se referem imediatamente a realidades terrenas: a procissão pelos campos, a bênção para alcançar bom tempo, afastar tempestades, obter fertilidade, sol e chuva. Isso só parece ter sentido enquanto se julga que o mundo é dirigido por causas animadas, que distribuem o vento e o tempo, a chuva e o sol, podendo por isso serem dispostas à benevolência pela súplica, irritadas pela negligência. Quem, porém, conheceu o nexo causal mecânico em tudo, ataca o problema com meios racionais: com tudo o que a ciência oferece em possibilidades de assegurar a vida. Assim, para o pensamento de hoje, a oração não só parece estéril e ineficaz, mas até como fuga da realidade: em vez de agir mudando o mundo, volta-se para a expectativa de poderes transcendentes. Nesse contexto, muitas vezes se lembra a cena característica de Brecht, em *Mãe Coragem*, na qual os lavradores impotentes conjuram com as suas orações um Deus calado, enquanto a Katrin muda salva a cidade de Halle, acordando os vigias, rufando o tambor¹. De fato, isso parece instantâneo da situação de hoje em relação à oração: não é o pedido dirigido a poderes transcendentes que parece indicado, mas o cuidado das necessidades aqui de baixo. Assim, só a ação humana e humanizante seria verdadeiro culto de Deus, só o serviço do homem pelo homem seria religião real. A oração, no máximo, poderia continuar a existir transformada, como recolhimento e preparação para a ação. No fundo, está também uma concentração decidida do pensamento e da ação sobre nosso mundo de que podemos dispor, enquanto o mundo de Deus, o *eschaton*, é recusado como alienado da realidade e alienante.

Aqui se poderiam levantar logo muitas perguntas: que é propriamente humano e quando está humanizado um homem, quando está humanizado o mundo? Quando se tornou feliz um homem, quando alguém o libertou da miséria etc.? Mas voltemos ao ponto de partida, pois assim seremos levados por nós mesmos também a essas perguntas. O ponto de partida propriamente dito do pensamento proposto é a ideia de que a oração, na nossa imagem do mundo, se tornou sem sentido, porque é ineficaz, e é ineficaz porque conhecemos o modo de ação do mundo que não é animista, e sim mecânico. Mas agora devemos fazer perguntas heréticas: o animismo (isto é, o pensamento de que o mundo é dirigido por seres animados) era de fato *inteiramente* falso? Ou estamos caindo agora no outro erro, pensando só

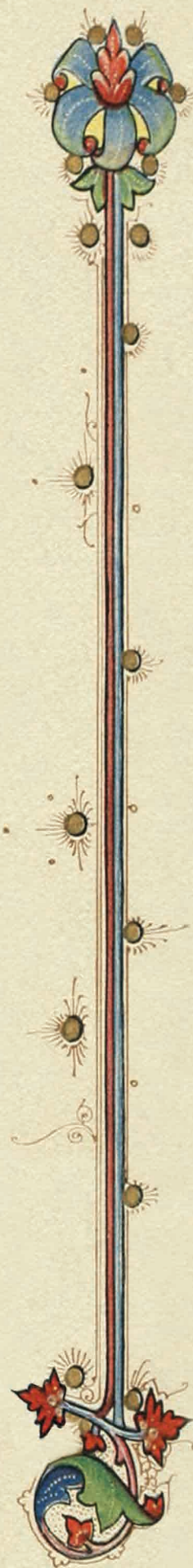


nosso Tempo

COSMOVISÃO E ORAÇÃO

mecanicamente? O homem, por exemplo, é nada? Como totalidade orgânica, como ente vivo, pensante, que sente, não introduz um novo fator no mundo pelo qual se dão coisas novas nele? Mais concretamente; o especificamente humano é nada? A confiança e a desconfiança, o temor e a esperança, o egoísmo e o amor não são poderes que transformam o mundo? O amor não pode nada propriamente ou é um poder que constrói um mundo, porque cria intuição, visão, audição, desencadeando assim forças que transformam o mundo? Mas se é verdade que há uma causalidade espiritual, que o amor é uma realidade e por isso age, por que então o diálogo com aquele amor que conserva unido o mundo não poderia transformar o homem e com ele o mundo? Por meio de tais reflexões, torna-se claro que no sim ou no não em relação à prece de fato, cada vez mais é afirmada uma imagem do mundo e não só feita ou omitida uma ação individual accidental. Na questão da oração de que nos ocupamos nestas reflexões, o problema de Deus e a compreensão básica da realidade são atingidos também tácita e necessariamente. Logo a decisão de rezar tem um caráter muito englobante: rezar significa reconhecer que há um amor criativo do qual vive também cada indivíduo e que é acessível a cada indivíduo. Um amor criador do qual vem o mundo e que por ser eterno é simultâneo com cada indivíduo.

O discurso sobre o além, como muitas vezes designamos o mundo de Deus, antes encobre o núcleo da controvérsia do que o desvenda. Com efeito, com ela se origina demasiado facilmente a imaginação de um segundo mundo espacial, ao qual o cristão se refere em detrimento da realidade concreta. A verdadeira alternativa é outra, como já terão mostrado as considerações que acabamos de fazer. Ela consiste na escolha entre uma imagem do mundo rigorosamente mecanicista e outra pessoal. Se o mundo é só um sistema de processos mecânicos, nele só se pode agir e reagir por meio de impulso e contra-impulso, pressão e contrapressão. Se, pelo contrário, o fundamento do mundo é espírito, isto é, contemplar e amar, ouvir e amar, o homem como espírito, isto é, igualmente como ser que vê, ouve e ama, está em relação para com este fundamento, e o diálogo de ambos constitui o eixo propriamente dito do mundo. A oração não é então um esporte ao qual alguém se possa dedicar, mas que também possa deixar; é o centro da realização humana de si mesmo, o processo real de reconhecimento do fato de que o homem não está sozinho, mas existe só por ser olhado e amado, devendo aceitar ativamente este ser olhado, a impossibilidade de encobrir a sua existência, a incapacidade de isolá-la, para não encalhar na contradição consigo mesmo, na separação das suas próprias raízes. O não-poder-estar-sozinho, essencial do homem, a abertura radical e total, exposição à vista da sua existência, se torna também a razão propriamente dita por que ele deve viver aberto, por assim dizer, de portas não trancadas, precisando dos outros. Desse modo, já se anunciam, ao mesmo tempo, as primeiras medidas para uma oração verdadeira, cristã, conforme com Cristo, com a qual simultaneamente devem resultar afirmações básicas sobre a existência escatológica do cristão. Mas fiquemos primeiro com o concreto, perguntando apenas praticamente: como é que se passa propriamente a oração? ■



Ivan Von Trompowsky Douat Taulois

Cel Av
in memoriam

A noite que RUI e MEIRINHA iriam jogar bombas em Berlim

Blue Rose. A primeira vez que eu ouvi esse nome, quem falou foi Elianinha. Faz muito tempo. Em Fortaleza, janeiro/fevereiro de 1960. Uns dois meses após nosso casamento. Ela já havia engravidado! Tudo bem. Eu feliz como *pinto ciscando no lixo*. Estava voando o *Lokeed F-80 – Shooting Star*. O primeiro caça americano a jato. Um senhor avião de Caça. Fez a Guerra da Coreia, 1950!

– Ivan, no sábado, nós vamos ao Reembolsável do Exército. Eles receberam um grande carregamento de arroz *Blue Rose*. Quem trouxe foi um navio da Marinha, *Soares Dutra*. Eu acho que o nome é esse!

Quando ela falou o nome desse arroz – *Blue Rose*, acendeu uma luz vermelha. Eu já conhecia esse nome. Não me lembrava de onde. Esse nome, *Blue Rose*, eu já tinha visto. Fiz-lhe uma pergunta, que eu não tinha qualquer interesse em saber a resposta:

– E o quê que esse arroz tem de especial?

Leitor (a), eu vou abrir um parêntese. Eu estava me deliciando com aquele diálogo. A mocinha, dezoito aninhos, já grávida (vomitava adoidado...), a senhorinha, dona de casa, sabia o nome do arroz. E o que mais me surpreendeu (até hoje), sabia o nome do navio. Era impressionante!

– Ivan, o *Blue Rose*, quando você faz, ele fica soltinho, gostoso, uma delícia. Aqui em Fortaleza só tem o arroz do Maranhão, que é todo quebradiço (o chamado quirela), e vira uma papa quando você faz. Com ele, eles fazem um prato típico do Maranhão. O *Arroz de Cuxá* ¹.

Blue Rose. A luz vermelha apagou. Eu havia *pegado a pane*. *Blue Rose* era uma jovem gostosa, sensual, sacana, pintada na fuselagem de uma B-17, que decolava da Inglaterra todos os dias (e noite) para jogar bombas na Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Essa aeronave B-17 (eram chamadas de *Fortalezas Voadoras*), eu devo ter visto ou na *Time Life*, uma revista muito famosa na década de 1940, 1950 ou nos cinejornais, tipo *Fox Movietone*, que



antecedia os dramas e as comédias de Hollywood.

Tem um pormenor, que eu acho interessante ressaltar. As aeronaves, na guerra, tinham nome. Não eram o 8095, 3094, 2388. Não! Tinham nome. Como eu e você. *Memphis Blue*, *Sweet Jane*, *Lady Virgen*, *Blue Rose*. Hollywood fez um excelente filme no início dos anos 1990, cujo título é *Memphis Blue*. O nome da B-17!



O porquê das moças pintadas na fuselagem. As Equipagens de Combate (pilotos, copilotos, navegadores, mecânicos e artilheiros) eram compostas por jovens. As guerras são injustas. São feitas pelos jovens! As moças desenhadas na fuselagem, muito bonitas, lábios carnudos, seios fartos, bumbuns arrebitados, coxas e pernas perfeitas, eram as namoradas, as noivas e as jovens esposas que eles

havam deixado nas grandes cidades e também nos pequeninos vilarejos do interior. Nas cartas, a saudade, o desejo: – Quando eu voltar, *vou lhe comer* todas as noites!

Leitor (a), eu criei essa frase. Mas, eu não tenho qualquer dúvida de que ela foi escrita! Tudo bem. Mas, Rui e Meirinha iriam voar em uma B-17. À noite. Rumo a *Berlim*! Essa parte do conto eu vou tentar resumi-la ao máximo. Não

é importante. Mas é onde aconteceu.

Na etapa Galeão/Brasília – 1h30. O Brigadeiro Rui, gentilmente, convidou-me para ir no seu avião. Eu iria na *vala comum*. O GTE (Grupo de Transporte Especial) mandou um avião para ele! Ele merece. E muito! Seria homenageado no dia seguinte pelo GTE. Ele foi o primeiro comandante do GTE.

Decolagem. (Beleza). Subida. Voo nivelado (35.000 pés). E de cara, a



reprimenda: – Trompowsky, você está enchendo muito a bola do Meira!

Brigadeiro Meira era nadador master. Recordista brasileiro (1999). Nos 50 metros. Costas, 80/84 anos. Fera. Amável. Educado.

Eu relatava na Revista bimensal da ABRA-PC (Associação Brasileira de Pilotos de Caça): – Esse filho da mãe é piauiense (Rui é maranhense). Vai ser difícil aguentá-lo! São muito amigos. São amigos há 70 anos. Os dois fizeram a Segunda Guerra Mundial. Na Itália. No 1º GpAvCa. Rui, 94 Missões de Combate; Meira, 91 Missões de Combate.

E o Brigadeiro Rui conversou bastan-

te. Estava feliz. Lembro-me dele elogiando o profissionalismo dos jovens pilotos de Caça nos dias de hoje.

– Trompowsky, a Força Aérea de hoje é muito melhor do que a de nosso tempo!

E começou a me contar uma estória. Brigadeiro Rui é um grande contador de estórias. Como é um grande escritor. Como é um baita líder!

– À noite, nós nos reuníamos em um Clube. Muita gente. Brasileiros. Americanos. Ingleses. Pilotos de Caça. Bombardeio. Transporte. Equipagens de Combate, etc.

No meio daquele burburinho, Meira me diz: – Rui, vamos falar com aquele

comandante das B-17 para nós irmos *de saco* em uma missão noturna até Berlim? A Base deles é aqui do lado.

– Você conhece o cara?

– Não, mas ele é boa gente. Tá sempre de porre aqui à noite. É alegre. Bacana.

Era. Era muito bacana.

– Vocês querem ir?

– Eu os encontro amanhã, no rancho, às 17h30.

Leitor (a), eu acho que aqui vale um parêntese. Eu estou contando um conto que me foi contado. Delicioso. E eu já vou entrar numa briga. Desafio qualquer um que tenha uma estória melhor do que a minha. Sabem por quê? Dos cinquenta e

cinco (55) pilotos de Nero Moura restam apenas três pilotos vivos. E dois estão na minha estória.

– Vai encarar?

No dia seguinte, conversa com o Ten Cel Nero Moura. Eu não me lembro de quem falou. (Rui, Meirinha?). Nero Moura escutando. O que eu me lembro era de uma frase deliciosa do Meirinha.

– Coronel, é uma rara oportunidade!

Nero Moura, tendo a máxima paciência: – Não basta vocês todos os dias enfrentarem a Flack Alemã; não bastam as perdas semanais que nós temos, e vocês vão querer dar chance, à noite, de *saco*?

Os dois estavam irredutíveis. Nero Moura já estava perdendo a paciência!

– Olha, tudo bem. Vocês vão. Mas vocês são inventores. Vocês estão inventando!

Cenas de um espetáculo, montado e dirigido pelo Ten Cel Av Nero Moura, comandante do 1º GpAvCa, Unidade de Caça brasileira, operando na Itália durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

1. Take one

Rui e Meirinha, chegando de *Jeep* à Base americana. Sentinela orienta que parem a viatura. São identificados por um *negão*, um *armário*, 2x2. Ele tem na mão uma prancheta. E checa alguma coisa. Há um pequeno diálogo.

– Oh, yes. *Brazilian Fighters Pilots! Go straight and turn left. First building!*

Meirinha comenta com Rui: – Que engrenagem, hein Rui?

2. Take two

Rui e Meirinha jantando, muita gente. Equipagens de combate que voariam para a Alemanha, naquela noite. Alguém grita qualquer coisa. (Era – *Atenção Rancho, oficial general!*). Rui e Meirinha identificam o general. Baixo. Mais para gordo. E caminhava em direção a eles. (Atenção câmera. *Close* nos dois. A surpresa. O general caminhava em direção a eles).

– O que é que vocês estão fazendo aqui?

Eu não sei dizer quem respondeu.

– Nós vamos fazer um voo até Berlim.

– Vão fazer *porra* nenhuma. Peguem suas coisas e regressem agora para sua Unidade. *Putá que pariu!*

Leitor (a), só existe uma imagem para retratar essa cena. A de um cachorro vira-lata sendo enxotado de uma igreja!

3, Take three

Rui e Meirinha chegando ao acampamento. Era uma noite agradável. Não estava frio. Final de abril de 1945. Passam pela barraca do Ten Cel Nero Moura. (Atenção câmera. Nero Moura estava lendo qualquer coisa. Tinha uma luz acesa).

– Coronel!

– Sim. Podem entrar. Já voltaram? Foi bom o voo?

Meirinha falando: – *Pô*, coronel, chegou um oficial general, grosso, mal educado, que nos colocou para fora da Base! Falou uns palavrões. *Filho da puta*, mal educado!

Nero Moura deu uma gargalhada. Para surpresa dos dois.

– Fui eu que falei com o general para ir lá. Para colocar vocês dois para fora da Base, seus malucos. E tem mais. Eu alterei a Escala de Voo para amanhã. Vocês estão na minha Esquadrilha amanhã! Decolagem às 8h. Café da manhã às 6h30. *Briefing* às 7h. Alguma pergunta? Vão dormir seus malucos!

The End!

Leitor (a), eu lhes peço mais um minuto. Essa estória, desde a primeira vez que eu ouvi, eu sempre tive uma certeza: é uma estória de jovens! Imaginá-la, uma *porra louquice* de guerra (o comandante das B-17 de *porre* no Clube dos Oficiais, por exemplo), seria pouco inteligente. Eram jovens. Esse é o *bingo*, que eu quero fazer.

Esse pedido de Rui e Meirinha (22 e 20 anos) é um pedido que só os jovens fazem. Nero Moura, nessa estória, é um pai, preocupado com as artimanhas de

seus meninos. Os jovens não têm medo de morrer. Os velhos têm! Os jovens são valentes, belos e *fudedores*! Eu vou aproveitar ainda esse minuto porque eu serei cobrado:

– Pô, Trompowsky, e nós?

Tudo bem. Nós também temos estórias. Centenas. Conversem com o Ájax (T-56). Em dez minutos, ele lhes conta umas cinco. Eu estou em duas! Querem um exemplo? Fortaleza, início da década de 1970. Uma Esquadrilha de Demonstração (quatro F-80, em Diamante). O líder fazendo um *touneaux barril* a baixa altura. Passando pelo *dorso*, ele diz:

– Não vai dar!

Foi o *espalha merda* mais bem organizado que eu já fiz. Todo mundo saiu *catando cavaco* de dorso, livrando umas mangueiras enormes na cabeceira da pista. E nós nos divertíamos. Porque nós éramos jovens. E, por incrível que pareça, bonitinhos! Eu vou deixar em aberto aquele último adjetivo, *fudedores*! Pelo óbvio, que acredito, todos entenderão!

À la chasse!

P.S. – Será que o B-17 que eles voariam era o *Blue Rose*?



1 - Arroz de Cuxá. Cuxá (Aurélio – 1976) Do Tupi “Ku” – o que conserva + “Xai” – azedo. Molho feito com folhas vinagreiras, gengibre e outros temperos. O Brig Rui, se ler esse conto, vai ficar com a boca cheia d`água. É uma delícia!

COM A FEB NA ITÁLIA

Com grande apreço publicamos este artigo extraído do acervo da Revista Aeronáutica, escrito pelo saudoso veterano da Segunda Guerra Mundial, Maj Brig Ar Rui Moreira Lima. Ele se destacou durante toda a sua trajetória na Força Aérea. Faleceu em 2013, aos 94 anos, e nos deixou o legado do heroísmo.

Maj Brig Ar Rui Moreira Lima

In memoriam



Texto transcrito do programa apresentado pela BBC de Londres no Natal de 1944, percorrendo vários setores da FEB, começando na linha de frente e terminando na base do Primeiro Grupo de Caça da Força Aérea Brasileira na Itália.

Repórter estúdio: voltando a Pisa, fizemos uma visita aos rapazes da Força Aérea Brasileira cuja atuação na frente de batalha da Itália trouxe tanta glória às asas do nosso querido Brasil.

Repórter de campo: levamos nosso microfone ao lado de uma pista no aeródromo na Itália, de onde decolavam os aviões da FAB para apoiar as forças terrestres aliadas na frente italiana.

A vida do piloto na frente de combate oferece pouca oportunidade para folga ou descanso, pois ele tem de estar sempre de prontidão, preparado para decolar a qualquer instante. É por isso que não estranhemos encontrar já ao lado do seu avião um piloto da FAB que quero apresentar a vocês: o Ten Rui Moreira Lima, em cujo Thunderbolt tem aqui o registro de mais de 15 saídas. O Ten Rui é um jovem maranhense de 25 anos de

idade e que já dedicou cinco anos de sua vida à aviação brasileira.

Vou, pois, passar o microfone ao nosso homem, que falará para vocês em nome de todos os seus companheiros de grupo, tanto os oficiais como os pracinhas de quem depende os serviços de manutenção e outros indispensáveis à operação de uma Força Aérea.

Tenente Rui: aqui nessa frente de combate temos dois inimigos: o alemão e o tempo, esse amigo da onça de sempre. Não é fácil falar em nome dos meus companheiros porque cada um deles tem os seus próprios problemas e opiniões, muito embora estejamos todos aqui movidos pelo mesmo ideal. Num ponto, entretanto, tenho observado que nossos sentimentos coincidem: as saudades que sentimos de casa são imensas e se transformam, sem dúvida, numa das maiores provações da guerra.

Agora que compreendemos o valor e a falta das breves delicadezas e dos pequenos carinhos que estávamos habituados a desprezar. O Natal, que normalmente reúne em si todos esses sentimentos familiares,

hoje, só nos traz recordações. Felizes e agradáveis recordações. Mas a moral continua forte e nos orgulhamos de poder cumprir com nosso dever e das famílias que tão corajosamente nos apóiam. Creio bem que a mensagem de Natal de todo o grupo se reúne numa única palavra: fé. Fé na vitória dos princípios que defendemos; fé na força e sinceridade dos nossos sentimentos; fé na felicidade que o futuro nos reserva.

Por minha parte um grande e saudoso abraço para o meu Maranhão ■

OBSERVAÇÕES DO AUTOR

1. A mensagem foi ouvida em Caxias (MA), por meus pais e por um amigo que morava em Goiânia, na época.

2. Antes de gravar, escrevi a mensagem sobre um engradado de munição .50, antes de decolar para uma missão de combate. **O contraste:** véspera de Natal; e eu partia para cumprir o que a guerra pedia: destruição e morte. Duro à beça!

Autor da reportagem: Jornalista Francis Hallawell, correspondente de guerra da BBC de Londres, Pisa, 24 de dezembro de 1944.

EDITORIA REVISTA AERONÁUTICA É RETOMADA COM PENSADORES PORTUGUESES

Outro grande marco no CAER, em outubro, foi a retomada da Editora Revista Aeronáutica, com o lançamento do livro *Pensadores Portugueses: séculos XIX e XX*, de autoria do ensaísta, teólogo e filósofo Ricardo Vélez Rodríguez, ex-ministro da Educação.

A Editora Revista Aeronáutica, registrada na Biblioteca Nacional em fins dos anos 80, é agora reativada para oferecer aos associados conteúdo qualificado que reflete o pensamento aeronáutico e brasileiro a partir de uma perspectiva filosófica, envolvendo diversos aspectos: o político, o econômico, o cultural e o social.

O retorno da Editora se estabeleceu com uma sessão de autógrafos do autor, que aconteceu no Deck do Clube. O livro de Ricardo Vélez estabelece conexões entre a filosofia e o pensamento português de sete notáveis pensadores, como Antonio Braz Teixeira, Eduardo Abranches de Soveral e Antero de Quental, dentre outros.

Quem esteve no lançamento pôde adquirir uma edição do livro. O evento contou com o patrocínio do ex-comandante da aviação civil Teruo Ono, que participa das atividades culturais do Clube, como o Curso Pensamento Brasileiro, há mais de dez anos ■



Maj Brig Ar Perez, escritor Vélez, ex-comandante da aviação civil Teruo Ono e Cel Av Araken - Diretor Deptº Cultural do CAER (esq. para a dir)



Maj Brig Ar Perez na sessão de autógrafos



